

Tribuna da Luta Operária

ANO VIII - Nº 298 - DE 26 DE JANEIRO A 1º DE FEVEREIRO DE 1987

Cz\$ 3,50

CONSERVADORES QUEREM CONSTITUINTE SEM POVO!



Os setores conservadores falam até em "Constituinte-relâmpago" para evitar a pressão popular durante os trabalhos de elaboração da nova Carta Magna. Veja as tramóias anti-povo na p.4

EDITORIAL

O recado dos credores

A ofensiva do capital estrangeiro sobre o Brasil chegou a tal ponto que o jornal londrino "Financial Times", porta voz dos grandes magnatas das finanças, fez um editorial no último dia 19, ditando orientações para o governo brasileiro.

Como o patrão falando com o criado, o representante do imperialismo diz que o governo deve "abandonar algumas das exterioridades populistas da política econômica" e "preparar o terreno para a aceitação pública de um monitoramento mais firme pelo FMI". O jornal ainda acrescenta que "deve ser criada uma atmosfera mais atraente para o investimento estrangeiro".

Na verdade, todo dia se encontra uma demonstração da arrogância dos grandes grupos internacionais. O presidente Reagan deu um prazo para que o Brasil alterasse a lei que garante a reserva de mercado de informática para as empresas nacionais; o governo americano impôs, recentemente, pesadas taxações sobre os produtos brasileiros de exportação; o Clube de Paris exigiu a presença de um representante do FMI nas negociações com o governo brasileiro.

A própria negociação com o Clube de Paris revela a intransigência dos credores, que colocaram mil obstáculos para uma simples rolagem da dívida - certamente para exigir melhores condições na transação.

Diante de tantos ataques, o governo se mostra incapaz de uma resposta à altura. O próprio ministro Dílson Funaro declarou que "não podemos ir para o confronto". E, com este pretexto, ao invés de propor ao povo uma mobilização de massas para respaldar a suspensão do pagamento da dívida externa, o governo procura engabelar os trabalhadores com um pacto social inviável, que traz embutida a tentativa de promover um novo arrocho salarial. Ou seja, uma manobra visando

paralisar a resistência popular e criar condições para se pagar a dívida externa às custas da fome e da miséria dos que vivem de salários.

Ao mesmo tempo em que pressiona os trabalhadores, o governo tenta apresentar as negociações com o Clube de Paris como um grande sucesso. Novamente revela-se a intenção de desmobilizar o povo. Se as coisas estão sendo resolvidas lá por cima, cada um pode ir para casa tranquilo. Mas não é isto que ocorre. O fato de se conseguir um certo prazo para pagar não ameniza o problema. Este prazo é obtido às custas de novos juros, que implicam em novos sacrifícios - e não se sabe a troca de quê outras concessões, que nem sempre são tornadas públicas. Por este caminho continuamos o processo de dependência, origem maior dos graves problemas enfrentados pelo país.

O que vai ficando mais claro para os brasileiros é que a grande burguesia, que detém as rédeas do poder, não tem soluções para a crise econômica e social que atormenta o país. As mudanças que o povo reclama dizem respeito às questões estruturais, enquanto que as classes dominantes só se dispõem a mudar a superfície.

O Brasil precisa urgentemente de união do povo. Mas não para firmar pactos que facilitem a opressão dos credores internacionais. Deve-se promover o entendimento das forças mais amplas, para combater a sonegação de bens essenciais à população, para reprimir o ágio, para resistir à exploração do capital estrangeiro e nacional. Urge uma união nacional para defender e ampliar as conquistas democráticas, para lutar por um desenvolvimento independente do país e alcançar o progresso. Estes pontos não são fruto de desejos e sonhos de quem quer que seja e sim exigências da realidade.

Dívida: uma falsa vitória do Brasil em Paris

O governo fala em sucesso. Os banqueiros também. Então todos ganharam? O Clube de Paris apenas adiou o pagamento de parcelas atrasadas, com novos juros. Não temos nada para comemorar. Página 3



Na assembléia do dia 21 os eletricitários mantiveram a greve

Eletricitários mostram força e param em S. Paulo

O setor é considerado essencial para o conjunto da economia. Mas na hora dos salários...

Última página



Militares não desistem de tutelar governo

General Leônidas anuncia "assessoramento de alto nível" junto à Constituinte. P.3

Muita conversa e pouco resultado no pacto social

Governo e empresários nada oferecem aos trabalhadores nos encontros de Brasília. P.3

Pobre não poderá mais ter filhos em nosso país?

Em vez de atacar os problemas que causam a pobreza, o governo ataca os pobres. Pág.7

CDM

Centro de Documentação e Memória Fundação Nacional de Cultura

"Conexão iraniana" deixa Reagan na defensiva

Israel, Inglaterra, Portugal, Arábia Saudita, milionários árabes, traficantes de armas e tóxicos, embaixadores e, naturalmente, os chamados *cowboys* da Casa Branca. São alguns dos personagens do maior escândalo dos últimos tempos nos EUA, a "conexão iraniana" - uma operação secreta de venda de armas para o Irã e entrega dos lucros para os contrarrevolucionários nicaraguenses.

A cada dia, aparecem novas denúncias, ampliando a extensão das operações. O que começou em novembro como uma "negociação secreta" com o Irã aparece agora com o contorno de uma vasta operação de política internacional, toda ela feita ao arripio das leis, do Congresso e da opinião pública norte-americana, destinada a contornar a proibição estabelecida em 1984 pelos parlamentares à entrega de ajuda militar aos "contras".

Já em uma de suas primeiras declarações sobre o escândalo, Reagan "entregou o ouro". Perguntado pelos repórteres sobre a participação de "um terceiro país" nas operações entre EUA e Irã, o presidente engasgou e negou-a, para poucos minutos após o final da entrevista comunicar através de seus porta-vozes que "se equivocara". O "terceiro país" a que se referiam os jornalistas é Israel, e a extensão e profundidade de sua participação na "conexão" tem sido objeto de investigação da imprensa israelense.

Uma das versões existentes é a que a sugestão de uma manobra de aproximação com dirigentes iranianos tidos como moderados partiu do gabinete israelense, mais particularmente dos serviços de informação. O chanceler de Israel teria se reunido em meados de 1985, com o então assessor de segurança nacional dos EUA, Robert McFarlane, depois, substituído por John Poindexter, para recomendar que os dois países fornecessem armas para o Irã, obtendo em troca a liberta-



Reagan: um "inocente" condenado ao silêncio?

ção de reféns norte-americanos e preparando-se para enfrentar a situação a se criar após a morte do aiatolá Khomeini. Tel Aviv recusa esta versão, mas admite ter participado como intermediária nas negociações; abriu contatos em Teerã para Poindexter; revendeu as armas, evitando uma operação direta desde Washington; e depositou o lucro das vendas na conta secreta aberta na Suíça pelo coronel Oliver North, através da qual o dinheiro foi parar nas mãos dos "contras".

LIGAÇÕES ANTIGAS

No rastro das investigações sobre esta "ponta" do escândalo, a imprensa israelense apurou que as ligações entre Tel Aviv e os contrarrevolucionários era anterior. Logo no início da proibição imposta pelo Congresso à ajuda militar norte-americana, Israel teria, "em nome da amizade", fornecido armas e munições para eles. E, ainda recentemente, o jornal Haaretz, ligado à central sindical israelense, Hista-drut denunciou a presença em Honduras de militares da reserva do Exército de Israel. Oficialmente, eles viajaram a título privado, são pagos pelo governo de Tegucigalpa para treinar o exército hondurenho, mas o Haaretz apurou que eles "aproveitam" para também

treinar os "contras" em bases do exército norte-americano.

Não foi apenas Israel, no entanto, que associou-se a Washington nos esforços de aproximação com o Irã. Em outubro do ano passado, caiu o até então todopoderoso do mercado mundial do petróleo, o ministro do Petróleo da Arábia Saudita, xeque Iamani. Logo após sua demissão pelo rei Fahd, sauditas e iranianos, tradicionais adversários na Opep, uniram-se para forçar uma alta de preços. Curiosamente, a alta ia ao encontro de interesses econômicos imediatos dos dois países e dos EUA.

O petróleo, no entanto, não foi o único ponto de contato entre Teerã e Riad: soube-se, em novembro, que a Arábia Saudita estava servindo de escala para os carregamentos de armas até o Irã e emprestando suas instalações para refinar o petróleo iraniano em local seguro, devolvendo em seguida o combustível necessário para manter vivo o país e movimentar as tropas que empreendem ofensiva em solo iraquiano.

NARCOTRÁFICO

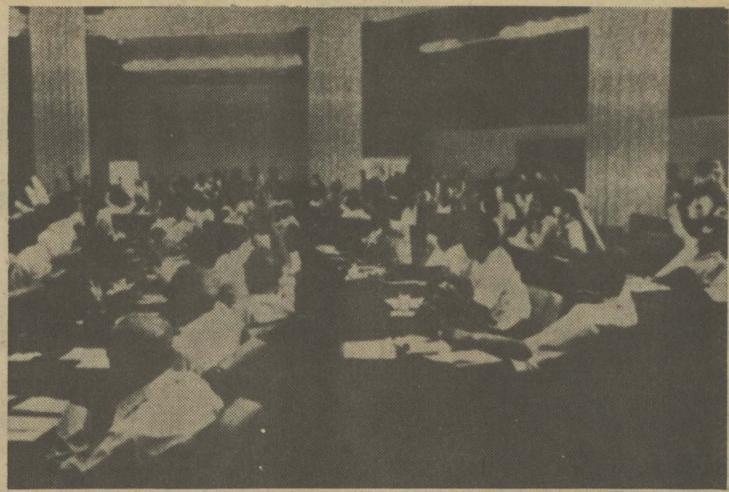
Foi um milionário saudita, o excêntrico Adnat Khashoggi, quem financiou para o governo norte-americano os primeiros

envios de armas para o Irã. Khashoggi teria entregue a Washington 10 milhões de dólares para que o primeiro carregamento chegasse a Teerã. Isto porque, enquanto isto, os *cowboys* North e Poindexter negociavam em Londres com um traficante internacional de armas de origem israelense a revenda de armas para o Irã. Eles voltaram a reunir-se em Paris e em cidades alemãs-ocidentais, e Londres teria sido, de acordo com o "Washington Post", outra das escalas da, a esta altura já internacional, "conexão iraniana".

A mais recente (até fecharmos esta edição) revelação, no entanto, era de âmbito doméstico, apesar de partir da boca de um americano e um colombiano. Os dois, ligados ao narcotráfico, teriam recebido ajuda da CIA e da Drugs Enforcement Administration (um organismo criado por Reagan para combater o tráfico de drogas) para introduzir nos EUA um lote de cocaína. Com a venda, os "contras", segundo o "Miami Herald", financiaram a compra de armas, durante o período de proibição do Congresso.

Teerã, Tel Aviv, Riad, Londres, todos escalas da "conexão" e pontos de passagem do chefe do Conselho de Segurança Nacional, John Poindexter, e seu auxiliar, o coronel Oliver North. Desde pelo menos o início de 1985, os dois tiveram poder para direcionar praticamente toda a política externa da grande potência do Ocidente em função, ao que tudo indica, de contornar um veto do Congresso norte-americano. Sob sua batuta, as mais impensáveis alianças foram concluídas, ministros foram derrubados e comerciantes fizeram seus negócios.

Até agora, a Casa Branca insiste em negar que o presidente Reagan conhecesse os objetivos de todo este rebuliço - o financiamento dos "contras". Reagan pode estar mentindo mais uma vez... ou então provando, como disse o presidente nicaraguense Daniel Ortega, que não tem condições para ser o presidente dos EUA. (SQ)



Votação da nova Constituição da Nicarágua: resultado da luta antiimperialista

Constituição Sandinista registra avanços democráticos

Reflexo das profundas transformações que ocorreram no país desde a queda do ditador Anastácio Somoza, em 1979, foi promulgada no início do mês a nova Constituição da Nicarágua. Seu texto foi objeto de consulta com os partidos políticos do país, as organizações de massas e os diferentes setores sociais. A Carta Magna nicaraguense atesta especial preocupação com os direitos dos cidadãos - mais de um terço do documento é dedicado ao assunto - dos artigos 23 ao 91.

É interessante observar como os nicaraguenses abordam o problema militar. Reza o artigo 95: "O Exército Popular Sandinista tem caráter nacional e deve guardar proteção, respeito e obediência à presente Constituição política. O Exército Popular Sandinista é o braço armado do povo e o herdeiro direto do exército defensor da soberania nacional. O Estado prepara, organiza e dirige a participação popular na defesa armada da pátria por meio do Exército Popular Sandinista. Não podem existir mais corpos armados no território nacio-

nal que os estabelecidos pela lei, a qual regulará as bases da organização militar". Como se vê, nada que coloque as forças armadas como "guardiãs da Constituição" e lhes dê o direito de intervir na vida política, como tanto ambicionam continuar fazendo os generais brasileiros, por exemplo.

O novo texto legal garante as eleições diretas e secretas e periódicas a nível nacional e municipal e a liberdade partidária. A Assembléia Nacional tem o atributo de também elaborar e aprovar leis e decretos. E, embora ao presidente da república caiba o poder de veto total ou parcial sobre projetos da lei elaborados pelo Congresso, qualquer projeto vetado deverá regressar à Assembléia, que poderá derrubar o veto e editar a lei com os votos de metade mais um do total dos deputados.

O artigo 107 determina que a reforma agrária líquide o latifúndio. Há também um artigo, o 187, que possibilita a qualquer cidadão recorrer contra toda lei ou decreto que viole a Constituição.



Yasser Arafat, da OLP: "Revolução até a vitória!"

Yasser Arafat agradece apoio brasileiro aos palestinos

O presidente do Comitê Executivo da Organização de Libertação da Palestina, Yasser Arafat, enviou ao PC do B, UNE, UBES, Conam, UJS, CGT, CUT, PT, ABI, FMP e Comissão de Direitos Humanos de São Paulo mensagem respondendo à solidariedade e apoio à causa palestina e à luta de seu povo contra o regime sionista. Publicamos a seguir a íntegra da carta:

"Cumprimentos revolucionários. Com grande satisfação recebi a mensagem que enviaram para S. Excia, o presidente da República Federativa do Brasil, sr. José Sarney, e para S. Excia, o secretário-geral da ONU, o sr. Javier Peres de Cuellar. Envio a todos em meu nome, do nosso povo árabe-palestino, de seus companheiros militantes palestinos, nossos agradecimentos profundos, a mais alta apreciação dos sentimentos da firme solidariedade e apoio expressados pela luta do nosso povo dentro e fora dos territórios ocupados.

"Garanto a vocês, queridos companheiros, que os ataques, a guerra de aniquilação, o boicote à remessa dos suprimentos alimentares, a onda de massacres brutais, e o terrorismo imposto contra nosso povo, dentro e fora dos territórios ocupados e nos acampamentos de refugiados, é parte da causa do nosso povo, de sua identidade nacional e a eliminação de seus direitos inalienáveis, tal como a sua única e legítima representante, a Organização para Libertação da Palestina, OLP.

"O Líbano testemunha hoje alguns capítulos deste plano conspiratório

pelas mãos do bando do movimento Amal, com o apoio dos agentes de Israel e do regime sírio, com o objetivo de expulsar o nosso povo do Líbano, numa tentativa de executar a balcanização da região dividindo-a em cantões sectários e conflitantes, começando pelo próprio Líbano.

"As lutas do nosso povo sob a liderança da OLP, a sua única e legítima representante, continuará com o apoio de todos os Estados e forças amantes de paz de todo mundo, incluindo nossos amigos da América Latina, para a realização dos direitos inalienáveis do nosso povo, o direito de retorno, autodeterminação e o estabelecimento do Estado independente.

"Reitero meus agradecimentos e consideração desejando a todos progresso e prosperidade na realização dos objetivos do amigo povo brasileiro.

"Revolução até a vitória!"

Yasser Arafat, presidente do Comitê Executivo da OLP e comandante em chefe das Forças Revolucionárias Palestinas.

Países da América Latina contra pressões dos EUA na Nicarágua

Aproveitando-se de um desgaste da política dos Estados Unidos para a América Central com o escândalo da conexão "Irã-contras", os chanceleres dos países integrantes do Grupo de Contadora (México, Panamá, Venezuela e Colômbia) e do grupo Apoió (Brasil, Argentina, Peru e Uruguai), mais os secretários gerais da ONU (o peruano Peres de Cuellar) e da OEA (o brasileiro Baena Soares) realizaram, esta semana, uma ofensiva diplomática pela América Central visando um "acordo de paz" para a região. A missão visitou cinco países (Costa Rica, Nicarágua, Guatemala, Honduras e El Salvador), culminando com uma reunião dos dez diplomatas no

México, para uma avaliação da missão.

A PROPOSTA

O grupo de contadora foi criado em 9 de janeiro de 1982, quando chanceleres do México, Venezuela, Panamá e Colômbia reuniram-se na ilha de Contadora (daí o nome do grupo), discutiram e aprovaram uma proposta para a pacificação da América Central, tumultuada pelas ingerências do imperialismo norte-americano na tentativa de derrubar o governo nicaraguense. A proposta, conhecida como Ata de Contadora, incluía, entre outros itens, o respeito à integridade e soberania de cada país. A Nicarágua se prontificou a assinar o acordo, no entanto, os Estados Unidos e seus aliados -

Honuras, Guatemala, El Salvador e Costa Rica - se negaram e criticaram a proposta.

JOGO DE PRESSÕES

O ministro das relações Exteriores do Brasil, Abreu Sodré, definiu a missão como uma "possibilidade de os próprios latino-americanos conseguirem uma solução para o conflito regional, sem interferências de qualquer superpotência". Embora o chanceler brasileiro tenha saído otimista após o primeiro dia da missão, há muitas dificuldades para que se chegue a um acordo.

Em primeiro lugar, é inaceitável para os Estados Unidos a existência de um governo democrático e patriótico na região. Por

isso, não obstante sua política tenha sofrido um certo desgaste internacional com o escândalo "Irã-contras", as manobras militares continuam. O governo nicaraguense tem tido muito trabalho para conter os contra-revolucionários que operam a partir de Honduras, e que contam com os dólares da CIA. Em segundo lugar, os países vizinhos à Nicarágua são verdadeiros cúmplices do imperialismo norte-americano. Qualquer acordo, para eles, só será assinado se incluir a queda do governo sandinista. O presidente de Honduras declarou que "a missão só terá êxito se houver um acordo global, uma vez que Costa Rica, Honduras, Guatemala e El Salvador têm governos de estilo diferentes do nicaraguense".

IMPASSE

Diante de tal jogo de pressões políticas e militares, fica difícil qualquer acordo de paz na região. A proposta de Contadora é limitada e em nenhum momento significa uma "solidariedade latino-americana", como a grande imprensa apregoa. Na verdade, os países que integram o grupo têm interesses econômicos na região.

De qualquer forma, a missão de Contadora é um apoio diplomático importante para o governo nicaraguense. Contudo a grande força externa é a solidariedade dos operários e trabalhadores de todo o mundo. Dennis de Oliveira



O presidente Ortega, da Nicarágua, recebe o chanceler brasileiro Abreu Sodré, em Manágua

Dívida: governo festeja a vitória que não teve

Depois de um prolongado processo de negociação, o governo concluiu na semana passada um acordo de reescalonamento da dívida brasileira para com o chamado Clube de Paris. O ministro da Fazenda, Dílon Funaro, reagiu eufórico, classificando o resultado como uma "vitória do Brasil e dos credores". Será mesmo que há motivos para comemorações?

É de 4 bilhões e 112 milhões de dólares o total dos débitos rolados, por um período de seis anos, compreendendo três de carência. Outros 348 milhões de dólares de juros de mora sobre pagamentos atrasados serão acertados em três parcelas semestrais a partir de junho de 1988. Esses valores referem-se à dívida vencida em 1985 e 1986, acrescida de 782 milhões de dólares de juros que não foram pagos no período. O Clube também reescalou 500 milhões de dólares que seriam pagos no primeiro semestre de 1987, referente ao principal da dívida.

VITÓRIA?

Foi um resultado aquém do que o governo pretendia. A expectativa

era refinar também o principal da dívida que vence no segundo semestre deste ano, e ampliar o prazo de carência de seis para sete anos. Com isto, seria obtido um desafogo de 1 bilhão de dólares em 1987 jogados para depois. Mesmo sem alcançar esse objetivo, a equipe econômica cantou vitória, alegando que o país não submeteu-se ao monitoramento do FMI para assegurar o acordo. Mas esse otimismo não consegue esconder a verdade de que isto é muito pouco.

Rolar o principal de dívidas externas, e mesmo parcelas de juros atrasados, nunca constituiu novidade para os credores imperialistas. Não é também um procedimento que contrarie seus interesses. As condições que eles impõem garante-lhes sempre que não perderão dinheiro (ao contrário, continuarão faturando alto) e asseguram sobretudo a submissão dos endividados. Basta recordar que, sobre os atrasados do Brasil para com os governos representados no Clube durante os dois últimos anos foram cobrados juros de mora de 348 milhões de dólares.

PAPEL DO FMI

A versão do governo é de que os credores recuaram em relação à

exigência de monitoramento da economia pelo FMI. É difícil vender esta imagem como real. O documento assinado pelo Brasil com o Clube de Paris prevê que nosso país manterá uma linha de "contato ampliado" com o FMI que, por sua vez, informará o Clube, com frequência, sobre o que ocorre aqui.

Cabe destacar ainda que esta negociação com o Clube teve por base a avaliação da economia brasileira elaborada pelo próprio FMI em dezembro. Uma avaliação simpática ao governo, devido às medidas antipopulares do Cruzado 2. Falando claro: o acordo com o Clube reflete um processo de concessões aos banqueiros estrangeiros.

Aliás, é a cada dia menor a resistência do governo às pressões imperialistas. Nos ministérios econômicos cresce o coro dos que pregam a recessão como solução para a crise econômica. O retorno do FMI ao comando direto da economia ganha também novos adeptos. Inclusive o senador Fernando Henrique Cardoso, tido até como homem de esquerda, agora acha que "um acordo com o FMI pode significar melhorias de nossas condições de vida"...

DINHEIRO NOVO

A dívida do Brasil para com o Clube de Paris (cerca de 14 bilhões de dólares) não chega a representar muito em relação ao total dos débitos externos, de aproximadamente 108 bilhões de dólares. Porém, em função da autoridade do órgão, que reúne os governos de países credores, o acordo é considerado importante para abrir a possibilidade de renegociações com os bancos privados, que detêm 70% da dívida brasileira.

Com os banqueiros, o governo pretende fazer uma renegociação por prazo mais longo da dívida que vence nos próximos anos. Quer, ainda, novos empréstimos, a que dá o pomposo nome de "dinheiro novo".

O objetivo das autoridades de Brasília é evitar um novo rombo no balanço de pagamentos. Prevê-se um déficit de 3 bilhões de dólares em 87, devido principalmente à estimativa de quedas das exportações e do superávit comercial. Se ocorre um novo rombo, terá que ser coberto com a redução das reservas internacionais. Mas mesmo com o tal "dinheiro novo" o resultado é o crescimento da dívida externa e da dependência do país aos bancos estrangeiros.

(Umberto Martins)



Foto: Tude Munhoz

Apesar do jogo de cena, discussão do pacto não avança um milímetro

Pacto social: as conversações não dão em nada

... Brasília a terceira rodada de conversações entre governo, empresários e entidades de trabalhadores com vistas a promover o tão badalado "pacto social". Apesar do jogo de cena armado, com o ministro do Trabalho dizendo-se otimista com as negociações, nada indica o êxito do pacto.

A inviabilidade do "pacto social" ficou mais do que patente já na terça-feira, dia 20, depois de seis horas de reunião entre representantes do governo, das principais entidades patronais e de duas centrais sindicais (CGT e USI) e nove confederações de trabalhadores. Enquanto o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, apresentou uma proposta de entendimento na generalidade, sem nada de concreto, os empresários exigiram o realinhamento geral dos preços em 25% e o fim da escala móvel de salários, e os sindicalistas reivindicaram o disparo imediato do gatilho, a manutenção do congelamento dos preços e um salário mínimo de Cz\$ 4.884. No final, ninguém se entendeu, ocorreram vários atritos e houve até tentativa de abandono do encontro, patrocinada pela Contag.

GOVERNO PERDIDO

Do lado do governo federal, a possibilidade de apresentar qualquer proposta mais concreta para a terceira rodada de negociações no dia 22 é quase nula. Os próprios ministros da área econômica e o do Trabalho não se entendem. Na mesma terça-feira em que Pazzianotto encenava o diálogo, o ministro Funaro anunciava que o governo previa uma forte alta dos preços, uma "hiperinflação", e preparava um novo conjunto de medidas econômicas. De acordo com informações extraoficiais, entre essas medidas estariam o realinhamento geral dos preços em 25% e o fim do gatilho salarial - ou seja, exatamente o que os empresários reivindicam!

Durante a semana o governo federal ainda insistiu em apressar o desfecho da negociação tripartite. O presidente Sarney teria até estipulado como prazo final o dia 25. Caso contrário, o governo tomaria medidas econômicas de maneira unilateral, sem qualquer consulta, ao estilo do famigerado decreto-lei. Pazzianotto chegou a afirmar, em tom de ameaça: "Se não for possível o entendimento, o governo terá que governar".

GANÂNCIA PATRONAL

Já do lado dos empresários, a disposição de dialogar tem sido mera figura de retórica. Até agora o patronato não concordou em ceder um milímetro. Criticou a manutenção da escala móvel de salário e rechaçou qualquer elevação do salário mínimo acima do fixado pelo IPC. Em compensação, exigiu do governo o realinhamento geral dos preços em 25%.

Mesmo com relação ao realinhamento a posição dos empresários não é confiável. Afinal, eles nunca respeitaram o congelamento dos preços. Desde as primeiras horas do Cruzado I, os patrões cobraram água, boicotaram e maquiaram os produtos. E agora alguns setores patronais já se mostram descontentes com o aumento de 25% nos preços. Segundo Luis Eulálio Vidigal, ex-presidente da Fiesp, o aumento é pequeno, "é injusto".

Por último, do lado das entidades sindicais de trabalhadores que se dispuseram a participar das conversações a situação chega a ser cômica. Conforme definiu um dirigente da CGT, "essas reuniões parecem brincadeira. O governo fala em entendimento, mas não apresenta nada de concreto. Os patrões falam em diálogo, mas só querem saber de aumentar seus lucros e retirar os direitos dos trabalhadores". Por aí, a coisa não vai andar um centímetro e o tal pacto vai virar um fiasco.

Para o mesmo sindicalista, diante do atual quadro, é ilusório o governo pedir uma trégua aos trabalhadores de três meses. "Se qualquer sindicato aceitasse essa proposta, seria esmagado pelos trabalhadores".



Aurélio Peres, contra o pacto

O encontro do PC do B com Pazzianotto

No último dia 16, o secretário-geral do PC do B, Dyneas Aguiar, e o deputado federal Aurélio Peres reuniram-se, em Brasília, com o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto. O encontro, conforme Aurélio Peres, teve por objetivo "mostrar a posição dos comunistas em relação ao 'pacto' que vem sendo proposto pelo governo".

"Não houve novidades e nada que justificasse uma mudança no nosso comportamento", comentou. "Nós já havíamos divulgado uma nota à opinião pública onde argumentamos que o 'pacto social' é inviável na forma que vem sendo proposta. Na medida em que o governo não está disposto a atacar a causa principal da inflação e dos problemas econômicos brasileiros, que é a dívida externa, o acordo fica impossível".

INSISTÊNCIA

Aurélio Peres explicou que a reunião ocorreu "principalmente pela insistência do ministro do Trabalho. Nela, repetimos o que o PC do B já tinha dito e entregamos formalmente a nota divulgada dias antes. O ministro nos ouviu, não contestou nossas propostas", disse que o governo está sendo submetido a uma dura pressão por parte dos credores, dos empresários e dos latifundiários, mas também não expôs nenhuma proposta no sentido de enfrentar corajosamente os problemas do país.

Disse ainda: "Da nossa parte, além de defender a imediata suspensão do pagamento da dívida externa, consideramos que é essencial o governo apressar a aplicação e ampliar o plano de reforma agrária, mas o fato é que não estamos encontrando disposição do governo neste rumo".

"Estranhamente" - disse o deputado - "a Rede Globo de Televisão, que sempre procurou ocultar do público as opiniões do PC do B, fez questão de cobrir o encontro. Entrevistou-nos antes e depois de falar com o ministro, além de filmar a reunião. Tudo isto, porém, com o objetivo de apresentar ao povo a imagem distorcida e mentirosa de que o 'pacto' estava dando certo e que os comunistas estavam negociando o acordo com o governo. A verdade foi outra. O PC do B é contra o 'pacto' na forma que o governo o coloca, isto é, sem mexer na espoliação imperialista e latifundiária e sem monopólios".



Dílon Funaro: eufórico, quando não há motivo para grandes festas

Governo impõe aumento do Imposto de Renda

Enquanto acena e faz cenas com o "pacto social", o governo continua adotando medidas para rebaixar o poder aquisitivo dos salários. Uma de suas iniciativas neste sentido foi aumentar o Imposto de Renda para pessoas físicas, principalmente na fonte.

O assalto do leão da Receita Federal sobre os assalariados desta vez ocorreu por duas vias. Em primeiro lugar, o governo reajustou a tabela do Imposto de Renda tendo por base um percentual inferior à inflação. Em segundo, tratou de reduzir, 86% em média, o valor das deduções prevista no cálculo do imposto.

ARROCHO SALARIAL

O reajuste da tabela do IR foi de 12,3%, índice inferior à inflação de março a dezembro, estimada em mais de 22% pelo IBGE. Isto sem falar na inflação futura, cuja perspectiva, como se sabe, não é nada animadora (fala-se até em 12% ao mês).

A alta de preços, tanto no passado quanto no futuro, tem o efeito de corroer o valor real dos salários, distanciando-os do valor nominal. Os trabalhadores, por consequência do gatilho ou de suas lutas, poderão ter seus salários reajustados, mas, durante o primeiro semestre deste ano, pagarão imposto com base em uma tabela nominal fixa que não prevê o desgast da moeda. Com isto, o Imposto de Renda calculado sobre os rendimentos reais será maior.

O outro truque do governo foi reduzir as deduções. O desconto-padrão que poderia ser aplicado até o limite de Cz\$ 3.150, por exemplo, agora é no máximo de Cz\$ 1.700. Antes, cada dependente permitia uma dedução de Cz\$ 420 sobre o imposto retido na fonte; agora, o

contribuinte abaterá apenas Cz\$ 225 por cada dependente.

Por este meio, aumentou-se consideravelmente a alíquota do IR. Com isto, conforme estimam técnicos do próprio governo, o imposto retido na fonte este ano crescerá pelo menos 55% em relação a 1986. As perdas dos assalariados serão igualmente expressivas, embora ainda haja discordâncias entre os tributários acerca do real alcance das alterações introduzidas pela Receita Federal.

Até essas artimanhas o governo vai impondo o arrocho dos salários, pois, com efeito, o aumento do IR correspondem perdas proporcionais da renda líquida dos trabalhadores. É um caminho perigoso, além de pouco leal num momento em que procura negociar

uma forma de entendimento nacional.

Com o capital, porém, sua atitude tem sido diferente. Uma das últimas medidas que adotou, aí, foi reduzir alíquotas de impostos incidentes sobre aplicações no mercado financeiro (especialmente nos títulos de curto prazo), sob o pretexto de combater a alta das taxas de juros.

São dois pesos e duas medidas bem distintas. Uma conduta, de qualquer forma, que serve para indicar com clareza a quem ele vem servindo com sua atual política econômica. Os trabalhadores devem ficar alertas e exigir em todas as ocasiões que o combate à crise econômica seja feito tributando os grandes capitalistas, reduzindo o lucro dos monopólios e não acentuando o empobrecimento da população.

DECLARO QUE NÃO TENHO NADA A DECLARAR!



Ilustração: Mayrink

Fundação Maurício Grabois

Reunião do PC do B discute tática e reforço ideológico

Nos próximos dias 28, 29 e 30, o Diretório Nacional do PC do B realizará importante reunião - na sala Burity, do Centro de Convenções, em Brasília - ampliada com delegações dos diretórios regionais de todo o país.

O partido fará um balanço final da campanha eleitoral de 1986 e definirá as orientações táticas para a atual conjuntura nacional. Os comunistas devem acentuar suas críticas ao governo da Nova República, cada vez mais de tendência centro-direita, influenciado pelos militares e incapaz de enfrentar as pressões do capital estrangeiro.

Desde a decretação do Plano Cruzado o PC do B apontava que o governo não ia às fontes de onde se origina a inflação, "indiscutivelmente o pagamento da dívida externa e dos respectivos juros". E acrescentava: "Se as medidas perdurarem por tempo maior, poderão trazer efeitos recessivos". E em relação ao governo Sarney, dizia: "É um governo de composição, dependente das forças conservadoras. Não pode, contudo, desprezar o apoio popular, indispensável à sua estabilidade". Com muita acuidade, previa ainda: "Ao negar-se a fazer as mudanças que a nação reclama, tentando conciliar interesses inconciliáveis, como na questão da dívida externa, ou ao combater a inflação penalizando os assalariados em geral, o governo acaba perdendo a confiança das massas".

Estas conclusões acima foram adotadas na reunião do Diretório Nacional de 7 e 8 de março de 1986. Os acontecimentos posteriores, e a situação atual, demonstram que foram

posições inteiramente justas. Hoje as coisas se agravam, com a retomada da inflação e com as tentativas de se impor uma nova escalada de arrocho salarial aos trabalhadores.

REFORÇO IDEOLÓGICO

O PC do B reforçará na reunião de Brasília a sua linha mestra, de colocar na mobilização popular a chave para defender as reivindicações dos trabalhadores, avançar na luta pela liberdade e conquistar uma Constituição moderna e democrática.

No terreno específico da Constituinte, o partido orientará a sua bancada no sentido de estabelecer alianças com o leque mais amplo de parlamentares progressistas, para frustrar os planos conservadores, e de combinar a atividade extra-parlamentar, junto ao povo, com a atuação de plenário e nas comissões.

Outro ponto de grande destaque na reunião, será o fortalecimento ideológico e organizativo do partido. Os comunistas trataram, neste período de pré-legalidade, e de legalidade precária, de estender a sua influência política, de fazer o partido conhecido e de divulgar as suas propostas. Hoje estas tarefas continuam na ordem do dia, mas torna-se necessário concentrar esforços no fortalecimento da consciência socialista revolucionária dos militantes e de fazer um trabalho especial de construção das organizações de base e de consolidação das direções intermediárias.

Os comunistas se preparam para um período de muita agitação e turbulência política. Só um partido forte e ideologicamente firme pode enfrentar vitoriosamente as novas batalhas da luta de classes.

Projeto da Nova Tribuna dá os primeiros passos

O processo de discussão sobre a Nova Tribuna deu um passo importante nos últimos dias 17 e 18. A redação do jornal se reuniu com companheiros jornalistas de vários Estados, para recolher experiências e lançar as bases do novo projeto

Estiveram presentes Jayme Sautchuk e Moacyr Oliveira, de Brasília; Pedro Augusto, da Bahia; Luís Manfredini, do Paraná; Ênio Lins, de Alagoas; Clovis Geraldo, do Espírito Santo; Aldo Rebelo, de São Paulo; além de companheiros da redação de "A Classe Operária" e da revista "Presença da Mulher". Nesta ocasião incorporaram-se à redação da Tribuna Operária os companheiros Pedro Oliveira - que já exercia a função de jornalista responsável - e Antônio Martins, ex-diretor da UNE. Os dois substituem a Olívia e Bernardo, que depois de valiosos serviços se afastam da redação para cumprirem outras funções na luta pelo socialismo (veja carta ao lado).

A reunião concentrou-se na discussão de como deve ser um jornal moderno, polêmico, que oriente os trabalhadores diante da complexidade da situação política do país, que sustente as opiniões revolucionárias do proletariado com base em reportagens vivas, com muitos dados.

A Nova Tribuna deve refletir nas suas páginas, no conteúdo das matérias e na forma de apresentação, as novas exigências colocadas para os trabalhadores. A luta política passou a uma nova fase com a derrota da ditadura. Novas tarefas no terreno organizativo e ideológico se apresentam. Na luta de idéias, o jornal deve enfrentar uma batalha acirrada, onde os poderosos meios de comunicação de massas jogam pesado para formar a opinião pública de acordo com os interesses da burguesia.

Para contrapor-se ao poder do dinheiro, o jornal do proletariado tem que contar com uma rede de colaboradores espalhados pelo país, que forneça informações e ajude a redação central a interpretar corretamente os acontecimentos. Ao mesmo tempo precisa encontrar formas de sustentação material que permitam uma circulação nacional.

A partir de agora todos os leitores e colaboradores estão chamados a discutir o assunto e encaminhar suas críticas e sugestões à redação central em São Paulo. Logo que se chegar a um anteprojeto, as conclusões serão distribuídas para os amigos para as últimas retificações.

Dentro de um prazo curto planejamos organizar debates e atos políticos para o relançamento do jornal.



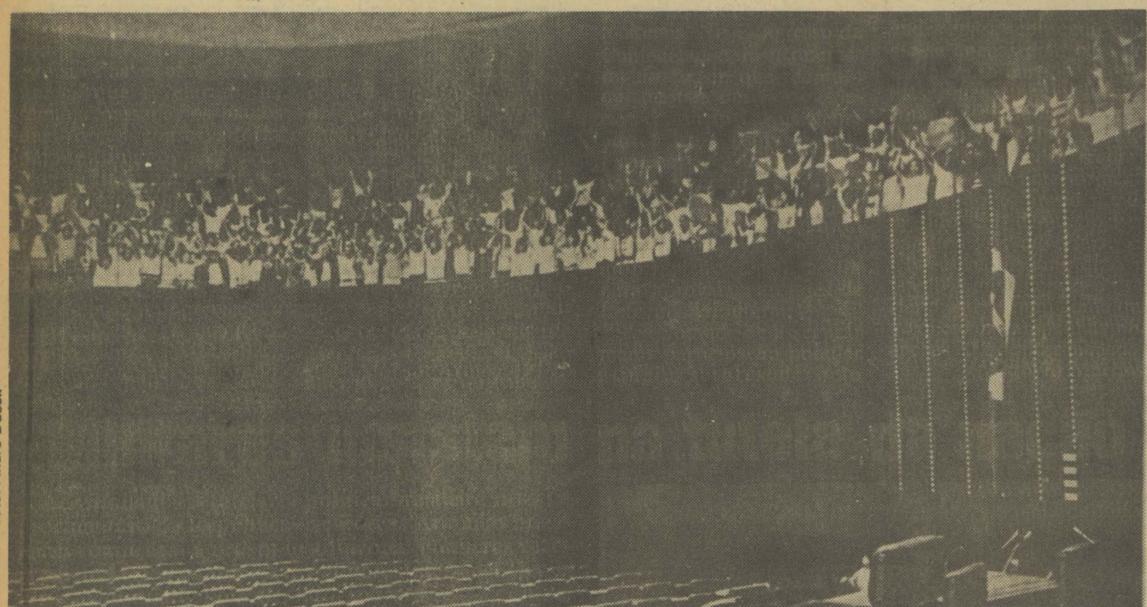
Bernardo e Olívia

Despedida de dois valorosos tribuneiros

Amigo leitor. Durante sete anos trabalhamos, com dedicação integral, na redação da Tribuna Operária. Vimos este jornal nascer, espalhar-se pelo país afora, transformar-se de quinzenário em semanário, enfrentar o terrorismo oficial da ditadura militar e aquele encaixado, dos bombistas e incendiários, ainda hoje impunes. Hoje, deixamos esta redação, já com saudades, para continuar em outras frentes a luta da nossa classe operária, por um mundo sem explorados nem exploradores, pelo fim da escravidão capitalista e a construção da sociedade socialista.

Deixamos a redação da Tribuna mas continuamos tribuneiros, com muito orgulho. Aqui aprendemos, na escola da vida, o ofício de jornalista. E para onde vamos acharemos meios de ajudar esta imprensa livre de monopólios e preconceitos, que fala ao leitor a linguagem da sua libertação. Um jornal como a Tribuna não se escreve apenas com redatores, mas com muitas centenas, milhares de correspondentes voluntários, gente simples, mas que sabe da importância de colocar no papel suas denúncias, suas experiências e os ensinamentos que trazem. Fora da redação, vamos nos incorporar a este exército de batalhadores da caneta - o exército dos tribuneiros.

Nosso jornal vive às vésperas de um movimento importante, de redefinições e relançamento. Mesmo longe vamos contribuir para ajudar este processo decisivo para que a Tribuna se coloque à altura dos desafios atuais. Aproveitamos esta carta de despedida para convidar também você, amigo leitor, a participar deste debate enviando suas opiniões, críticas e sugestões. Esperamos encontrar nos próximos meses mais vezes mais. (Olívia Rangel e Bernardo Joffily)



Manifestação das galerias no Congresso Nacional: os conservadores não querem que esta cena se repita

Prosseguem as manobras contra a Constituinte

Os conservadores dizem que ela é soberana... mas nem tanto. Fala-se novamente em restringir a ação do povo nas galerias. E surge uma proposta de regimento, bastante restritiva.

Severa vigilância sobre as galerias do Congresso Nacional. Esta foi a receita apontada pelo deputado eleito Aloísio Chaves (PFL-PA) para impedir que a Constituinte caminhe para posições que ele considera "radicais". O deputado, que exerceu o cargo de líder do governo Figueiredo, foi ainda mais longe: para ele os deputados e senadores que vão elaborar as novas leis do país não devem debater temas como a dívida externa, recessão e combate à inflação, pois seriam muito "conjunturais". Embora esdrúxulas, as idéias de Aloísio Chaves não foram as únicas que revelaram, na semana passada, os planos das forças conservadoras para restringir os poderes da Constituinte, para limitar o seu temário e para reduzir o poder do povo e mesmo do conjunto dos parlamentares, concentrando os trabalhos nas mãos de uma minoria.

No dia 19 a imprensa deu destaque para o deputado Prisco Vianna (PMDB-BA), que anunciou ter elaborado,

por encomenda do deputado Ulysses Guimarães, uma proposta de regimento interno para a Constituinte. Confessando estar preocupado antes de mais nada "com os prazos", Prisco propõe uma espécie de Constituinte-relâmpago, cujos trabalhos efetivos iniciariam em 1º de março e se prolongariam até 7 de setembro - 150 dias, se descontado o recesso parlamentar de julho. E ainda mais: nesse período apenas os últimos 30 dias seriam dedicados aos debates e votações no plenário. Antes disso seria formada uma "grande comissão" constitucional, composta de um número reduzido de parlamentares e encarregada de elaborar um projeto inicial de Constituição, receber as emendas dos demais parlamentares e elaborar pareceres sobre cada um deles. Segundo comentou o "Jornal do Brasil", já haveria inclusive articulação em curso para garantir o cargo de presidente da "grande comissão" ao senador Afonso Arinos (PFL-

RJ), e o de relator a um deputado do PMDB.

Sintetizando de certa forma as preocupações conservadoras, o jornalista Carlos Castello Branco criticou, em artigo publicado dia 18 pelo mesmo "Jornal do Brasil", os "sonhadores e poetas", que ao imaginarem uma Constituinte efetivamente soberana estariam desconhecendo a realidade brasileira.

MOBILIZAÇÃO

Ao mesmo tempo em que apareceram com mais nitidez as articulações conservadoras, a semana revelou, por outro lado, sintomas de uma mobilização social um pouco mais intensa visando influir nos trabalhos constitucionais. No Congresso da Confederação dos Professores do Brasil, que reuniu 4 mil mestres em Porto Alegre, o principal tema debatido foram as propostas que a categoria levará à Constituinte; em São Paulo os coordenadores da frente municipalista anunciaram que promoverão intensa mobilização em Brasília para aprovar suas teses de Reforma Tributária.

E a vontade de assegurar maior participação popular atingiu setores de pelo

menos um dos partidos do governo. Um grupo de deputados do PMDB que estréia este ano no Congresso articulou-se para protestar contra a proposta de regimento elaborada por Prisco Vianna, por considerar que "inibe a participação dos parlamentares e da sociedade".

No dia 21 mais um fato parecia indicar percalços para os conservadores: o deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG) passou a pressionar os líderes do PDS, PTB, PT e PDT para que apoiem a candidatura de Ulysses Guimarães à presidência da Câmara dos Deputados, o que pode indicar que Ulysses tem dificuldades para conseguir eleger-se apenas com base em seu próprio partido. Alguns dias antes tinham surgido sinais de que a bancada mineira do PMDB, a maior do país, ambaçava reconsiderar o apoio anteriormente prometido ao presidente do partido. E o deputado Fernando Lyra, adversário de Ulysses na disputa, dizia já ter 40% das chances de ser eleito, garantindo ainda que no início da campanha tinha apenas 20% de possibilidades. (Antônio Martins)

Militares insistem na tutela da nação

Acostumados a tutelar a política brasileira desde a proclamação da República - as Forças Armadas brasileiras romperam a ordem institucional inúmeras vezes a partir 1889 - os ministros militares da Nova República continuam pontificando sobre a vida política nacional e dando diretivas de como deve e como não deve ser a conduta dos brasileiros.

Nas últimas semanas, ministros militares e comandantes regionais do Exército Brasileiro pronunciaram-se, quase diariamente, com grande desenvoltura: o general Edison Boscacci Guedes, comandante militar da Região Sul, recomendou aos trabalhadores que "não pensem em lutar fora do bom senso". Já o ministro da Aeronáutica, brigadeiro Octávio Moreira Lima, comentando declarações do ainda governador Leonel Brizola, destilou - "Eu aconselharia a alguns dos nossos políticos que não tiveram êxito na eleição que fossem à

Europa, porque com aquele frio glacial vão esfriar a cabeça". Enquanto que o general Leônidas Pires Gonçalves, ministro do Exército, afirmava que "a possibilidade de um golpe militar não está prevista por nossa análise". Lançadas como espadas de Dâmocles sobre o povo, estas declarações demonstram, que os militares não se contentam apenas com suas funções profissionais. Arvoram-se como grandes pais da pátria, promotores da segurança interna e juizes supremos de todos os conflitos sociais.

Em sua recente visita à hidroelétrica de Itaipú, quando inaugurou mais uma turbina ao lado do general Alfredo Stroessner - ditador fascista do Paraguai - o presidente Sarney se fez acompanhar pelo ex-general presidente Ernesto Geisel. O governo esforça-se, assim, por apresentar um clima de boas relações com o militares, a tal ponto que durante as ausências presidenciais de Brasília, quem fica de plantão no Palácio do Planalto é o general-chefe do SNI, Ivan de Souza Mendes. O governo acumulando a cada dia maiores dificuldades políticas e econômicas, vai se tornando, por outro lado, alvo fácil de pressões por parte de setores militares.

A BATALHA DA CONSTITUINTE

Na verdade, uma das preocupações principais destes



Foto: Adolfo Greichman

"A possibilidade de um golpe militar não está prevista por nossas análises".
Ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves

nova carta constitucional, onde gostariam de ver consagrado o direito das Forças Armadas intervirem ao seu bel prazer na vida política brasileira, como vêm fazendo desde a proclamação da República, ela própria filha de intervenção militar. É a partir de 64, entretanto, que o militarismo se consolida mais ainda. Em 1967 os militares outorgam uma Constituição em que se atribuem o papel de "defender a ordem interna contra o inimigo interno", abrindo campo para justificar legalmente a tutela.

Agora, após o fim do regime militar, procuram manobrar, respaldados por uma composição conservadora da maioria dos eleitos em 15 de novembro do ano passado, para garantir posições privilegiadas no poder. NÃO AO MILITARISMO!

Um dos únicos partido políticos a apresentar propostas concretas para a redefinição das funções das Forças Armadas na futura Constituição, o Partido Comunista do Brasil -

PC do B -, defende a tese de que as Forças Armadas não poderão intervir na vida política do país, mantendo-se rigorosamente apartidárias e suas atividades se aterem exclusivamente às responsabilidades profissionais. O PC do B, que este ano completa 65 anos de vida fundado que foi em 1922, propõe um veto às articulações militares que contestem, afrontem ou desestabilizem governos constitucionais. O golpe de Estado ou mesmo a tentativa de golpe deverão ser tratados como crimes contra a soberania popular.

Estas preocupações democráticas estão na ordem do dia, num momento em que novamente se registram cenas deprimentes como a ação policial exercida pelas forças do Exército durante a última greve geral - convocada pelas centrais sindicais CGT e CUT no dia 17 de dezembro - e também na repressão imposta aos trabalhadores em greve no canteiro de obras de Itaipú, com tanques e baionetas. (Pedro de Oliveira)



"Eu aconselharia a alguns dos nossos políticos que não tiveram êxito na eleição que fossem à Europa, porque, com aquele frio glacial, vão esfriar a cabeça".
Ministro da Aeronáutica, Octávio Moreira Lima

Centro de Documentação e Memória
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

Marca de classe na informação

A burguesia utiliza os poderosos meios de comunicação de massas para apresentar ao povo uma "realidade" moldada de acordo com seus interesses - mesmo que tal "realidade" não tenha correspondência com os fatos concretos. Exemplo disto foi o tratamento dado pela TV Globo, no último dia 16 deste mês, ao encontro de dirigentes do PC do B com o ministro do trabalho, Almir Pazzianotto.

NOTÍCIA ENVENENADA

No jornal das 13 horas, a Globo deu com grande destaque a notícia: "prosseguem os entendimentos no sentido do pacto social". E focalizou o encontro dos comunistas com o ministro, insinuando que estava ocorrendo uma negociação em busca do pacto.

Os fatos não condizem com esta interpretação. Já no dia 5 de janeiro o Diretório Nacional do PC do B lançou uma nota manifestando-se "contrário a semelhante pacto social que serviria apenas, nos termos em que é proposto, para conter a luta dos trabalhadores em defesa de suas justas reivindicações, econômicas e políticas, e para assegurar o combate à inflação, como se está fazendo, às expensas da classe operária e das massas populares". E na reunião com o ministro este documento foi entregue oficialmente.

A verdade portanto é que os comunistas, embora não se negando a ouvir o que o governo tem a dizer, já se posicionaram firmemente contra o tal "entendimento" pretendido e não estão envolvidos em nenhuma negociação a respeito do assunto.

MARCA DE CLASSE

O episódio serve para alertar os trabalhadores sobre duas questões importantes. Primeiro, ninguém pode ter a ilusão de que as notícias difundidas pelos jornais, rádios e televisões - que são dominadas por grandes grupos econômicos - sejam informações que podem ser assimiladas sem uma rigorosa avaliação crítica. A informação tem a marca de classe de quem a produz. Segundo, a necessidade absolutamente indispensável do proletariado ter os seus próprios órgãos de imprensa, que analisem os acontecimentos do ponto de vista científico, que orientem os trabalhadores sobre o rumo provável do processo político e econômico e que discutam as tarefas prioritárias em cada situação.

Em relação ao pacto, os meios de comunicação burgueses tentam dar uma imagem de boa vontade dos empresários. Eles estariam dispostos a aceitar um "realinhamento controlado dos preços". Com este novo nome pretendem que a elevação dos preços, a subida do custo de vida, seja aceita passivamente pelo povo. Em troca, estes "bondosos" capitalistas pedem apenas que os trabalhadores aceitem reajustes de salários "que não provoquem novo surto inflacionário". Ou seja, que engulam uma nova escalada de arrocho salarial.

MUDAR DE MÃOS

O desenvolvimento fantástico dos meios de comunicação permite hoje que se tenha notícias sobre todo o país - e sobre o mundo - quase na mesma hora em que as coisas estão acontecendo. Mas todo este imenso aparato é utilizado, nas mãos da burguesia, para deformar as notícias, para difundir e impor às massas as concepções ultrapassadas e degeneradas das classes dominantes.

Está na ordem do dia, em todo o mundo, passar toda esta imensa máquina para as mãos dos trabalhadores, permitindo um salto de qualidade na educação das massas, no desenvolvimento da cultura e da ciência. (Rogério Lustosa)

A opressão grão-russa na União Soviética

Nos dias 17 e 18 de dezembro ocorreram manifestações estudantis em Alma Ata, capital da República Soviética do Cazaquistão (integrante da URSS), onde os estudantes protestavam contra a imposição de um russo para o cargo de principal dirigente do PC cazaquistão. Logo veio a repressão e as acusações contra os universitários, tachados de "nacionalistas". Mas o episódio foi, na verdade, sintoma da opressão nacional existente na União Soviética, protagonizada pelos grão-russos.

Em dezembro, Gorbachev resolveu tirar o cazaquistão Dinmukhamed Kunaev da chefia do PC e substituí-lo por um russo, Guenadi Kolbin. Dias depois, ocorreram os protestos em Alma Ata. O governo de Moscou e seu agente no PC do Cazaquistão, Kolbin, acusaram "elementos nacionalistas" por inflarem as manifestações. No início de janeiro, uma professora foi condenada a cinco anos de prisão e três militantes do PC foram expulsos da organização acusados de "incitação de ódio nacional". Além disso, 14 membros do governo e professores foram substituídos por elementos de "maior confiança" para Gorbachev e Kolbin.

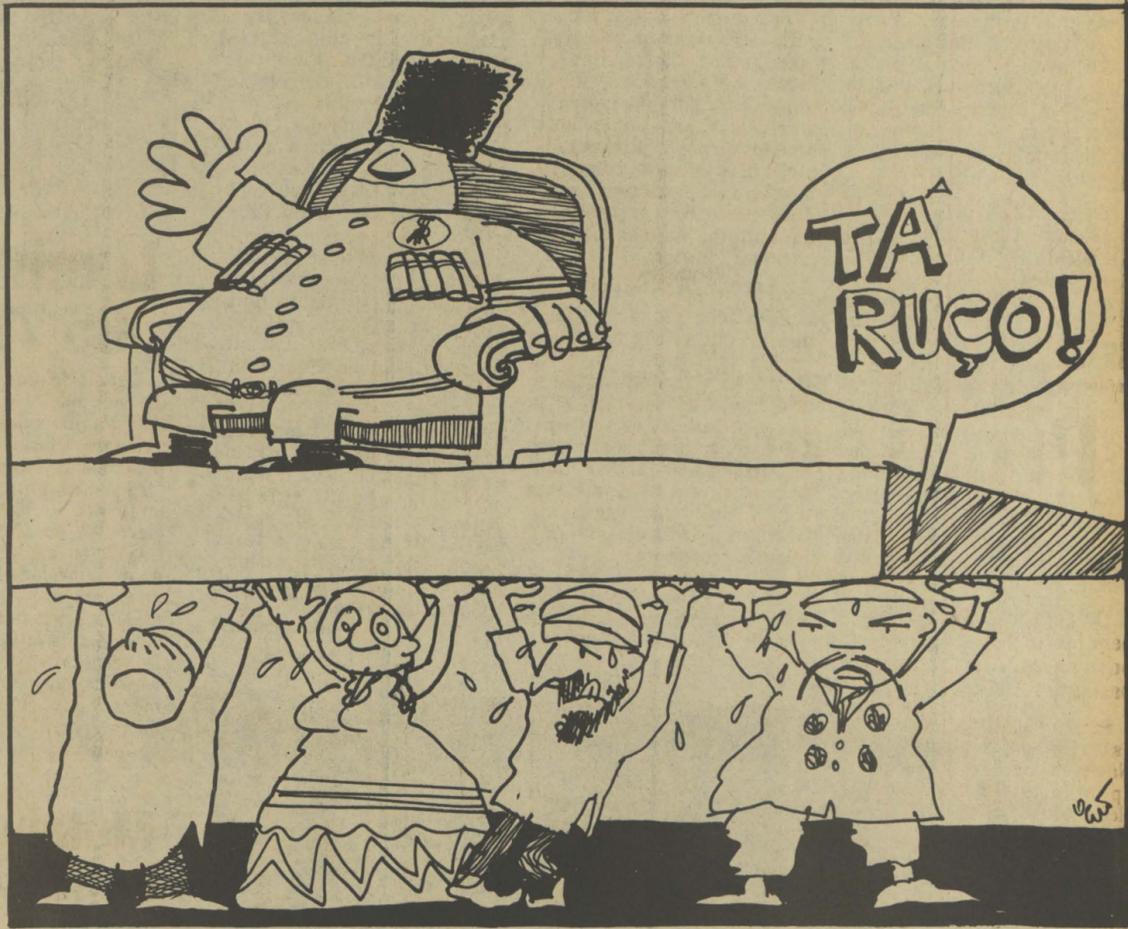
As coisas não ficaram só a nível de punição. O jornal "Kazajstania Pravda" passou a publicar artigos e "cartas de eleitores" criticando o "comportamento indigno de parte da juventude" que se opõe ao domínio russo.

O Cazaquistão é a segunda maior república soviética (menor apenas do que a Rússia), com 2,7 milhões de quilômetros quadrados e 14 milhões de habitantes. Os protestos de dezembro foram os primeiros na região asiática soviética. Mas anteriormente foram registradas manifestações contra o domínio grão-russo também na Geórgia, Cáucaso e nas repúblicas bálticas.

A política de Lênin para as nacionalidades

O que houve na URSS - que já foi um exemplo para o mundo da erradicação da exploração do homem pelo homem e também da aplicação de uma justa política sobre as nacionalidades - para que agora eclodam rebeliões contra a opressão grão-russa? Afinal, Marx e Engels afirmaram que "o povo que oprime outros povos não pode ser livre"...

Alguns dados são encontrados na própria formação histórica russa. O império czarista primava pela opressão dos povos e açulava o sentimento racista. O país, com razão, era conhecido como "cárcere dos povos". Lênin, o dirigente da revolução proletária de 1917, alertava que "o czarismo não só



oprima no terreno econômico e político a nove décimos da população, como também a desmoraliza, humilha, desonra e prostitui, acostumando-a a oprimir outros povos, acostumando-a a encobrir sua vergonha com frases hipócritas e pseudopatrióticas".

E o líder bolchevique acrescentava que "desde o ponto de vista dos interesses precisamente do proletariado russo, é imprescindível uma prolongada educação das massas no sentido de defender do modo mais enérgico, consequente, audaz e revolucionário a completa igualdade de direitos e o direito à autodeterminação de todas as nações oprimidas pelos russos".

A Revolução de Outubro de 1917 virou a mesa na Rússia, também no que diz respeito ao tratamento da questão nacional. A revolução derrubou o poder dos latifundiários e da burguesia, instalando em seu lugar o governo dos operários e camponeses. Aboliu a onipotência do latifundiário e do kulak e entregou as terras em usufruto às massas trabalhadoras do campo. Expropriou as fábricas e as entregou à direção do Estado operário. Rompeu com o imperialismo e assinou a paz com a Alemanha. Publicou tratados secretos e desmascarou a política de anexação de territórios alheios. Proclamou o direito de autodeterminação nas massas trabalhadoras dos povos oprimidos - chegando inclusive ao reconhecimento da independência da Finlândia, que preferiu tirar fora da federação soviética. Estas foram medidas fundamentais adotadas pelo poder soviético no transcurso da

revolução, mudando o caráter de classe do Estado russo. Instaurava-se um regime capaz de criar condições que assegurassem a convivência pacífica e fraterna dos diversos povos e raças.

Acontece que deixaram de existir entre os povos soviéticos as nações oprimidas e dominantes. A opressão nacional foi liquidada. Mas em virtude da desigualdade cultural, econômica e política existente de fato entre as nacionalidades mais cultas e menos cultas, herdada do velho regime burguês, faziam-se necessárias medidas práticas que atuassem para pôr fim a essas diferenças.

Mesmo no Partido Comunista ocorreram problemas no tratamento da questão. Desvios no sentido do chauvinismo grão-russo e também desvio no sentido do nacionalismo local. Na época, já sob o comando de Stálin, foi desenvolvida uma intensa luta política e ideológica contra esses desvios, principalmente contra o chauvinismo grão-russo.

Estado volta a adotar política de opressão

Mas houve uma nova mudança no próprio caráter de classe do Estado Soviético anos depois. Na década de 50, com Nikita Krushov no comando do PC, a União Soviética entra num processo de abandono completo da antiga política socialista e passa a trilhar um novo caminho, de mudanças capitalistas. Aos poucos, a

URSS transforma-se numa potência imperialista, embora continue com um "discurso" socialista. Com o social-imperialismo dominando na nova política adotada pelo PC, o desvio do chauvinismo grão-russo volta a se manifestar de modo intenso, e acaba por ser adotado como linha oficial dos revisionistas no tratamento da questão nacional.

Vítore Ballyora, da Faculdade de História e Filosofia da Universidade de Tirana, Albânia, afirma que "após a traição revisionista, a reorganização da sociedade soviética sobre bases capitalistas fez ressurgir para os povos e nações não russas a opressão feroz e a desigualdade nacional, que acabaram por transformar a União Soviética de hoje, tal como era nos tempos da Rússia czarista, em um cárcere dos povos".

Consequência dessa guinada à direita, a URSS vem passando por um processo de "russificação" das repúblicas federadas. Em Buriat, 73,5% da população são russos, enquanto apenas 22% são buriatos. Também em Bashkir o número de russos é maior do que o bashkirios. O mesmo acontece em Iakut, onde existem 47% de russos e 43% de iakutós. No próprio Cazaquistão, agora em pauta, existem 5,5 milhões de russos, contra 4,2 milhões de cossacos.

Esse grande contingente de russos nas repúblicas federadas deve-se também à migração. Mas não só a ela. Na URSS existe uma diretriz que determina que as crianças devem ser registradas na nacionalidade da mãe, adotando a língua da genitora. E os casamentos de mulheres russas com não russos têm alcançado índices de até 23%, o que leva também ao crescimento da população russa nas repúblicas. Segundo o professor Ballvora, isto é "um importante caminho para a desnacionalização e russificação no campo da cultura, da língua, da moral, da psicologia, tradições, costumes e do modo de vida dos povos não russos".

"Russificação" não ocorre sem resistências

Como alertava Lênin, o sentimento grão-russo que leva as classes dominantes (no caso atual, os burocratas e mandantes do Estado soviético) a acostumar a

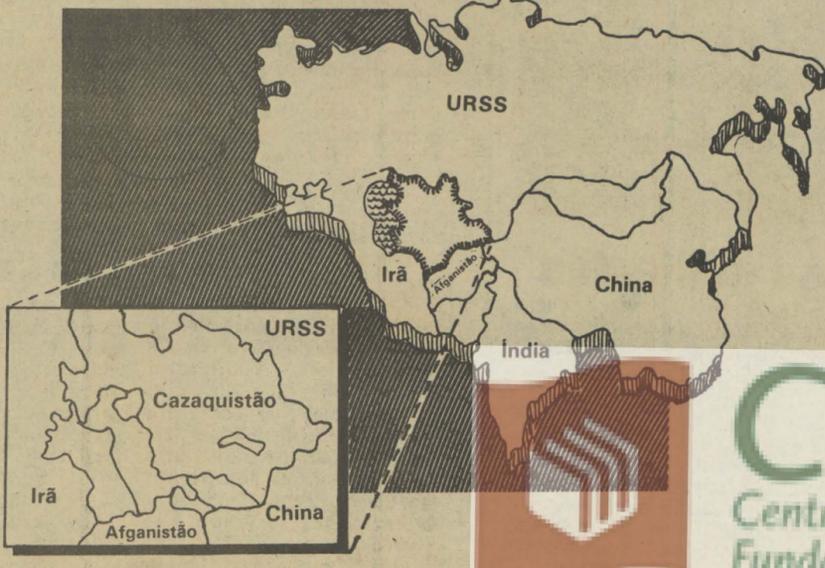
própria população russa a oprimir outros povos. E em várias repúblicas soviéticas, a maior parte da população nativa se dedica à agricultura, enquanto que a mão-de-obra na indústria e na construção é integrada majoritariamente por trabalhadores russos, segundo a revista "Filosofije nauki" (soviética). A imprensa soviética também confessa que 60% da população urbana e 80% da população rural da Moldávia, Geórgia e Uzbequistão não quer trabalhar numa mesma coletividade com pessoas de outras nacionalidades, principalmente com os russos. A maior parte da população também prefere enviar seus filhos a escolas que ministrem a língua materna, à enviá-los a escolas russas, apesar de pressões governamentais que chegam ao ponto de considerar que "unicamente o russo garante o verdadeiro desenvolvimento da cultura e da arte, e só através desta língua podem seguir-se e assimilar-se os êxitos da ciência" (a afirmação foi feita num simpósio em Tashkent, com o tema "A língua russa, língua da amizade e colaboração dos povos na URSS").

Stálin contra o sentimento grão-russo

É interessante notar a identidade dessa política com as idéias dos chauvinistas grão-russos combativos por Stálin no XVI Congresso do PC, em 1930.

Dizia Stálin: "A essência do desvio no sentido do chauvinismo grão-russo consiste no propósito de dissimular as diferenças nacionais de idioma, cultura e condições de vida; no propósito de preparar a liquidação das repúblicas e regiões nacionais; no propósito de solapar o princípio da igualdade nacional de direitos e desacreditar a política do partido tendente a tornar nacionais o aparelho administrativo, a imprensa, a escola e outras instituições sociais e do Estado".

Naturalmente, é muito fácil à atual direção anti-marxista soviética lançar, sem pejo, a acusação de "nacionalista" aos estudantes cazaquistaneses e com isso reprimi-los. Difícil é ocultar o caráter racista, de cunho opressor e explorador, da atual política nacional levada a efeito na URSS. (Carlos Pompe)



CDM Centro de Investigação e Memória Fundação Maurício Grabois

DE OLHO NO LANCE

Olho nas estatais

"Se há um buraco nas contas, atualmente, é porque o governo não cumpriu a sua parte e continua jogando dinheiro fora, seja diretamente ou através das estatais mais gastadoras" - esta é a opinião do presidente da Confederação Nacional do Comércio, Antônio de Oliveira Santos. E é nesta tecla que martelam insistentemente representantes do grande capital em nosso país.

Aparentemente é justo pedir que o governo gaste menos. E é certo que existem gastos supérfluos, com mordomias e com corrupção. Mas não é este o alvo dos capitalistas. O ataque é contra as estatais, classificadas de gastadoras. O objetivo é avançar na passagem destas empresas para o capital privado - em particular para o capital internacional.

Na hora da chamada privatização a trama fica mais clara. Uma das prioridades governamentais é entregar a Mafersa ao capital privado. Mas esta grande empresa de material ferroviário não é "gastadora", pelo contrário, dá lucro. E foi lançada como empresa estatal, uma vez que era empresa privada e estava à beira da falência pela administração aventureira de seus antigos donos. Foi salva da bancarrota e agora a burguesia quer ficar com os benefícios.

Mais de 4 mil mestres no congresso da CPB

Mais de 4 mil professores, de todos os Estados e Territórios do país, participaram do XX Congresso Nacional da Confederação de Professores, de 18 a 22 de janeiro em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. É o maior fórum de educadores que se realiza na América Latina. O tema central do encontro foi "Constituinte para uma nova escola".

Para a atual presidenta da regional Nordeste II da CPB e presidenta da Associação dos Professores de Alagoas, Maria Alba Corrêa, o congresso reafirmou as lutas educacionais que há muito vêm sendo levadas pela categoria. "É o caso da defesa do ensino público e gratuito em todos os níveis, democratização da escola através de eleições das direções dos estabelecimentos de ensino, defesa de um plano nacional de carreira que corrija as profundas distorções salariais, e concurso público para o ingresso na carreira, além da ascensão do professor ao longo de seu trabalho e uma aposentadoria com proventos inte-

grais", conta Alba. Na opinião de Maria José Rocha Lima (Zezé), presidenta da Associação dos Professores Licenciados da Bahia, a categoria deve manifestar-se organizadamente, pressionar e fiscalizar a Assembléia Constituinte, para garantir o atendimento das aspirações mais sentidas do povo. "Esta organização deve iniciar-se com a instalação da Constituinte, em 1º de fevereiro, com uma sinfonia da comunidade acadêmica nacional", afirma.

AÇÃO NA CONSTITUINTE

Zezé, acha que "é necessário que a Constituição redefina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, no sentido de que se contemple as aspirações da comunidade educacional. Deve ser garantida a educação universal, assegurando a todos os brasileiros a escola do saber técnico, do conhecimento científico, enfim, a escola unitária", relata a professora.

O XX Congresso da CPB ocorreu numa clima tenso e de grande acirramento entre as

diversas forças políticas que atuam na entidade. Na assembléia regional Nordeste II, constituída pelos Estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Paraíba, alguns petistas agrediram fisicamente e rasgaram cartões de votação de vários delegados que não rezam pela cartilha da CUT. A plenária foi suspensa no momento da eleição da vice-presidenta regional, que tinha como candidata a baiana Zezé.

Ante a possibilidade de uma derrota na votação, os cutistas apelaram para métodos autoritários visando passar suas propostas e inviabilizar a continuidade do congresso. Mas uma articulação realizada pelo PC do B, PMBD, PCB, PDT, PSB e setores do PT construiu uma chapa unitária, assegurando a unidade da CPB, e propondo a não filiação da entidade nem à CUT, nem à CGT. Mesmo assim setores inconseqüentes do PT articularam-se numa chapa que pretende a filiação da CPB à CUT.

(da sucursal)



A greve paralisou 70% da coleta de lixo na cidade de S.Paulo

Lixeiros conquistam 85,7% de aumento

Depois de uma greve de dois dias, os lixeiros da cidade de São Paulo conquistaram um aumento salarial de 85,7%. O piso dos coletores passou de Cz\$ 1.680 para Cz\$ 3.120, enquanto o dos varredores elevou-se de Cz\$ 1.536 para Cz\$ 2.760, além dos adicionais de insalubridade e assiduidade no emprego.

O vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Asseio, Agostinho Bruno Morelo, considerou o movimento "uma vitória expressiva da categoria". A greve contou com uma adesão de 70%, tendo

sido decretada durante uma assembléia realizada na sexta-feira, dia 16, com a participação de 1.200 trabalhadores. No período, 10 mil toneladas de lixo deixaram de ser coletadas.

Conforme Agostinho Morelo, "a categoria saiu vitoriosa mas não conquistou todo o aumento pretendido, de 114%. Porém, o reajuste concedido pelos patrões foi fora da database, que é em maio, quando voltaremos a reivindicar outras melhorias. Neste sentido, a greve serviu também como um aprendizado e uma preparação para a campanha salarial".

Metalúrgicos pelo gatilho segundo índice do Dieese

Em iniciativa avançada de sua categoria, os metalúrgicos da indústria Volkswagen, unidade Ipiranga, bairro da capital paulista, desencadearam um processo de greves com um conteúdo político importante: desconhecendo os índices oficiais, notoriamente defasados da realidade, os trabalhadores estão exigindo reajuste salarial de 22,27% com base nos cálculos da inflação nos meses de novembro e dezembro elaborados pelo Dieese. Os donos da indústria automobilística negaram-se a negociar aumento salarial, não aceitaram a intermediação da Justiça do Trabalho e cederam apenas em reestudar caso a caso as demissões de 47 grevistas. Fruto da incúria da administração da

fábrica, a empresa teve de readmitir quatro operários que estavam de férias durante o movimento. Além disso os patrões se comprometeram a rever o enquadramento salarial de 71 trabalhadores. A questão central entretanto, que motivou a deflagração da greve no último dia 9 de janeiro e que se estendeu até o dia 15, ficou para ser discutida com a Fiesp.

Enquanto isso, mais de 4 mil metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos realizaram assembléia geral na semana passada na porta do sindicato da capital e referendaram a posição assumida pelos companheiros da Volkswagen exigindo o acionamento do gatilho salarial a partir de janeiro.

Fim da greve e demissões nos laranjais de Angatuba

A Fazenda Fazanella é um amplo empreendimento agropecuário no município de Angatuba, a 215 quilômetros de São Paulo, onde se pratica a extração de madeira, pecuária e plantação de laranja. Em julho do ano passado a Secretaria de Trabalho descobriu que lá era explorado trabalho escravo na extração de madeira. Sem se intimidar, passados seis meses, o patrão carrasco está ameaçando demitir os 300 apanhadores de laranja de sua fazenda que fizeram greve entre os dias 23 de dezembro e 12 de janeiro.

Os trabalhadores reivindicavam 70% de aumento salarial (atualmente ganham Cz\$ 1.127 por mês), máscaras de proteção durante a pulverização e pagamento das horas gastas no percurso até o trabalho. O TRT considerou a paralisação ilegal, abrindo assim espaço para as demissões por justa causa. Cerca de 50 grevistas já foram demitidos.

As condições de trabalho na Fazanella eram as piores possíveis. Mulheres e crianças trabalhavam apanhando laranja no meio da fumaça dos pulverizadores. Depois de 21 dias de greve o patrão concordou em oferecer máscaras contra os

produtos tóxicos, mas não aceitou reajustar os salários. No entanto, fazendas da vizinhança, temerosas do movimento grevista se alastrar, procuraram o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Angatuba propondo aumentar o salário de seus empregados.

Quanto ao trabalho escravo a Fazenda Fazanella não sofreu nenhuma punição. Os trabalhadores não recebiam salário em dinheiro, apenas em espécie, moravam em casebres cobertos de plásticos. Na época da blitz, julho de 1986, foram encontradas crianças de colo passando fome porque o capataz da fazenda não permitia que os pais retirassem alimentos no armazém.

Uma moradora denunciou à secretária Alda Marco Antônio a situação de penúria que eles estavam vivendo: "Nós trabalhávamos muito e no fim do mês ainda ficamos devendo. Então atacamos duro de novo, sábado e domingo, das seis da manhã até às seis da noite. Conseguimos chegar a Cz\$1.000 cada um. Mas o Cidão (capataz) veio com as compras, que ele não paga em dinheiro, só em compras, e cobrou por elas Cz\$ 3 mil. E nós ficamos devendo de novo".

Sindicato dos comerciários sai fortalecido no Ceará

Num clima de festa, tomou posse no dia 20 a nova direção do Sindicato dos Comerciários de Fortaleza. A diretoria recém-empossada foi eleita com uma plataforma de lutas e de unidade, que mobilizou a categoria para desencastelar o pelego-presidente José Haroldo, que há 12 anos imobilizava a entidade, servindo aos patrões.

O atual presidente, Antônio Costa, no discurso de posse, deixou claro que o compromisso do sindicato agora será com a categoria, e realfirmou a necessidade da união de todos para levar à prática as propostas defendidas no processo eleitoral, como fechar o comércio às 13 horas, jornada de 40 horas semanais, estabilidade no emprego, entre outras.

(da sucursal)

Greve suspende até o jogo do bicho no Ceará

Desde o início do ano os gráficos de Fortaleza estão paralisados. Eles lutam por um piso salarial de três mínimos, estabilidade no emprego, jornada de trabalho de 40 horas semanais e um delegado sindical por empresa gráfica. Os empresários recrudesceram. Dizem que só negociam após o fim da greve e entraram com pedido de decretação da ilegalidade da luta operária no Tribunal do Trabalho.

Mesmo com tantos dias parados, os gráficos demonstram muita garra e disposição para conquistar suas reivindicações. A adesão à greve cresce a cada dia. A última gráfica a ver-se obrigada a cerrar suas portas foi a Paratodos, responsável pela confecção das cadernetas do jogo do bicho, impedindo a realização dos próximos sorteios.

Fortaleza conta com cerca de 140 tipografias, das quais oito concentram a maioria esmagadora dos dois mil trabalhadores gráficos - e estas oito estão paradas. O sindicato anuncia adesão de 90% dos operários ao movimento paralista.

CALÚNIAS PATRONAIS

Mesmo com o cansaço das noites mal dormidas, Gerardo Damasceno, presidente do sindicato, continua confiante na vitória nesse embate de classe. Mas denuncia uma campanha de calúnias orquestrada pelos burgueses: "Nos chamaram de beberões e irresponsáveis. Querem por todos os meios pôr fim à greve sem atender nossas reivindicações. Mas a categoria está unida e disposta a vencer."

(da sucursal)

Agricultores acampam diante da Souza Cruz

Os plantadores de fumo da região Sul de Santa Catarina acamparam em frente aos portões da Souza Cruz. Estão realizando piquetes para impedir que os caminhões que transportam fumo descarreguem seus produtos. Eles reivindicam 85% de aumento no preço do fumo, uma vez que a defasagem do preço em relação à safra passada é de cerca de 100% - devida principalmente às majorações nos preços de insumos.

A Souza Cruz chamou a polícia para reprimir os agricultores e garantir a entrega de fumo à companhia. Os policiais vieram com baionetas, escudos e cacetetes, visando atemorizar os colonos indefesos. Mas os plantadores não se intimidaram, e continuam no local.

O PC do B levou sua solidariedade à categoria em luta, e foi saudado com grande entusiasmo. Os manifestantes queixaram-se, porém, da ausência dos políticos de outros partidos, "que só se colocam ao lado do povo na campanha eleitoral, para ganhar votos, e depois esquecem da população", conforme lamentou um agricultor.

(da sucursal)

Empossada a nova direção do Cras-CE

Será empossada no dia 30 a nova diretoria do Conselho Regional das Assistentes Sociais do Ceará. Uma solenidade festiva, na sede social do BNB, foi preparada. Márcia Verônica, vice-presidenta eleita, diz que a responsabilidade que tem pela frente é enorme: "Não podemos decepcionar a nossa categoria, que consagrou-nos com uma votação de mais de 60% dos votos depositados em urna. Além do mais, as assistentes sociais se fizeram presentes durante todo processo eleitoral, para garantir a lisura e o cumprimento da vontade soberana da maioria".

A presidenta, Ana Ivete, opina que a vitória da nova diretoria "é resultado da necessidade de democratizarmos e possibilitarmos um amplo debate e participação de todas as profissionais na tomada de decisão dentro da entidade".

(da sucursal)



Brossard é conivente com a ilegalidade dos patrões, denuncia a presidenta da UNE



Escolas particulares suspendem início das aulas

Os proprietários de escolas particulares tornaram ainda mais intensas, na semana passada, as ameaças que fazem para obter um reajuste nas mensalidades escolares ainda maior que o decretado pelo governo (até 55,25%).

Em Minas Gerais o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino (patronal) decidiu-se pelo lock-out, suspendendo ilegal e arbitrariamente o início das aulas, até então marcado para 1º de fevereiro. Além disso, decidiu propor, em reunião da Federação Nacional das Escolas Particulares

(Fenem), marcada para começar dia 21 de janeiro, que a mesma atitude seja adotada em todo o país.

Em São Paulo surgiram sinais de que os planos dos donos das escolas poderão obrigar inúmeros estudantes a abandonarem seus cursos, tornando o ensino ainda mais elitizado. Ao recusarem-se a pagar as mensalidades ilegalmente majoradas em 100% os pais de Sínara Limonji, aluna de um colégio da capital paulista, foram informados de que nesse caso ela estava sendo "convidada a se retirar" do

estabelecimento.

Embora estes e outros casos tenham sido denunciados à imprensa, até o dia 20 de fevereiro nem a Sunab nem a Delegacia Regional do MEC haviam tomado qualquer providência significativa. Nesta data a presidenta da UNE, Gisela Mendonça, enviou telegrama ao ministro da Justiça, Paulo Brossard, manifestando o inconformismo da entidade diante da "conivência" adotada pelo Ministério frente à onda de desobediência civil promovida pelas escolas e exigindo providências imediatas.



José Paes foi um filme defensor das ideias revolucionárias

PC do B perde 4 valorosos militantes

Em circunstâncias diversas, o Partido Comunista do Brasil de Campinas, em São Paulo, perdeu quatro de seus valorosos combatentes no final de 1986 e início de 87.

Adilson era vigilante, membro do sindicato, com atuação destacada na sua categoria. Foi assassinado durante um assalto. José Paes era funcionário público aposentado. Apesar de idoso e com saúde precária, foi um dos maiores agitadores na última campanha eleitoral. Faleceu dia 28 de dezembro, vítima de uma peritonite. Jonas era liderança dos

moradores que ocuparam o Parque Shangai. Faleceu em um acidente automobilístico no dia 2 de janeiro. Marina era funcionária pública municipal.

Os comunistas de Campinas escreveram para a Tribuna Operária comunicando a morte dos companheiros. Ao mesmo tempo, declararam que defenderão com mais ardor as bandeiras de luta da classe operária pelo socialismo, empunhadas em vida com tanta valentia pelos camaradas mortos.

Cruzada do governo contra a natalidade

Sem respostas para as dificuldades econômicas, o governo procura um atalho, e imagina que pode resolver os problemas do país pelo caminho tortuoso do controle de natalidade.

O presidente José Sarney, que costuma destacar como um dos aspectos mais importantes de seu governo a "opção pelos pobres" ou seja, a integração de um número cada vez maior de brasileiros no mercado consumidor, realizou na semana passada um recuo significativo. Em reunião do Conselho de Desenvolvimento Social (CDS), realizada no dia 19 com a presença de 15 ministros mais os presidentes da Legião Brasileira de Assistência (LBA) e o secretário-geral de Ação Comunitária, ele criou um grupo ministerial que passará a estudar a adoção de políticas oficiais de controle de natalidade.

Os planos do governo parecem estar avançados. Na semana passada anunciou-se que o grupo começaria a trabalhar já a partir do dia 23.

Além disso, o ministro Raphael de Almeida Magalhães, da Previdência Social, prometeu para os próximos dias o início de uma campanha publicitária na TV, divulgando uma cartilha impressa por seu ministério, com tiragem de 6 milhões de exemplares, orientando quanto a métodos de controle de natalidade. E adiantou também que em breve os postos de atendimento do Inamps e da LBA estarão distribuindo gratuitamente pilulas anticoncepcionais e dispositivos intra-uterinos (DIUs).

As explicações básicas do governo para este conjunto de decisões foram apresentadas na própria reunião do Conselho de Desenvolvimento Social. O ministro da Educação, Jorge Bornhausen, afirmou que é "difícil" a



A cartilha do Ministério da Previdência: 6 milhões em todo o país.

execução de programas sociais no país devido ao alto crescimento demográfico. O ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, sugeriu que o grande número de filhos das famílias trabalhadoras torna complicada a adoção de qualquer política social.

APLAUSO REACIONÁRIO

Os conservadores aplaudiram a iniciativa do governo. O jornal "O Estado de S. Paulo", que dedicou seu editorial do dia 21 para defendê-la, afirmou que a sociedade brasileira não tem condições de acolher 3 milhões e 300 mil pessoas que nascem a cada ano, e destacou uma cifra que considerou exagerada: em 1987 o país dispenderá 1 bilhão de dólares nos programas sociais que visam dar algum tipo de assistência alimentar a 11 milhões de brasileiros marginalizados.

No próprio dia 21, entretanto, a imprensa publicava dados capazes de demonstrar a inconsistência desses argumentos. A própria responsável pelo Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher, do Ministério da Saúde, Fabíola Guimarães, revelou que os números do governo indicam uma expressiva queda da taxa de fecundidade no Brasil: se na década de 60 a média era de 6,48 filhos por mulher em idade

fértil, esse número caiu para 5,76 em 1970, para 4,35 em 1980 e para apenas 2,5 filhos atualmente. Ela poderia ter acrescentado que além disso a densidade demográfica do país é de apenas 15,2 habitantes por quilômetro quadrado, bem abaixo da média mundial de 32,1 hab/Km2. E que há enormes regiões ainda muito menos povoadas, como a região Norte (1,64 hab/Km2) e a região Centro-Oeste (1,29 hab/Km2).

Ou seja, os dados indicam perfeitamente que não há excesso de população. E revelam a origem real das dificuldades do governo: enquanto aplica 1 bilhão de dólares por ano no combate à desnutrição, o país remete ao exterior, para pagamento da dívida externa, quantia pelo menos doze vezes superior.

As se recusarem a um posicionamento soberano frente aos credores, o presidente Sarney e sua equipe continuam colecionando fracassos. Durante a semana choveram críticas aos planos do governo, condenados por um amplo leque de setores sociais que inclui as centrais sindicais, o movimento feminista, o setor progressista da Igreja e até órgãos do governo. Foi o caso do CNCF, cuja secretária de saúde, Madalena Brandão de Almeida, disparou: "não se combate pobreza com controle de natalidade".



Hospital Pérola Byington de São Paulo: conveniado com o Inamps, oferece atendimento precário

Inamps enfrenta ameaça dos donos de hospitais

Os hospitais conveniados com o Inamps ameaçam parar de atender os segurados da Previdência Social por não aceitarem o contrato-padrão que entrou em vigor no último dia 18. Esta atitude desumana e gananciosa põe em risco a vida de milhões de pessoas, pois a rede hospitalar privada é responsável por 85% das internações e 65% dos atendimentos ambulatoriais aos previdenciários.

O contrato-padrão regulamenta a prestação de serviços entre os hospitais particulares e a Previdência Social e foi exaustivamente debatida por uma "Comissão de Alto Nível" formada por representantes do governo, dos empresários e dos previdenciários. Mas o principal motivo da ira dos donos de hospitais, e que os levou à ameaça de locaute, diz respeito ao poder do Estado de intervir nas unidades médicas que se recusarem a atender pacientes previdenciários nos moldes previstos no contrato-padrão. Uma outra cláusula também não aceita pelos empresários é a que determina que os hospitais devem informar ao segurado - mediante aviso bem visível - que o serviço é rigorosamente gratuito e que por ele nada deve ser pago.

O ministro da Previdência Social, Raphael de Almeida Magalhães, declarou que estas ameaças dos hospitais estão sendo feitas "para nos acuar, mas nós saberemos agir nos termos da lei, que nos dá o direito de intervir". E acrescentou: "Se os clientes são maltratados, se os médicos faltam ao trabalho, se há fraudes

generalizadas em muitos hospitais, a Previdência não pode ficar passível a tudo isto".

SETOR PRIVILEGIADO

Nos últimos anos as fraudes contra o Inamps cresceram de forma assustadora. Os empresários da saúde, acostumados a praticar suas falcatruas com total impunidade, esbravejam contra qualquer medida para coibir seus abusos. Além das ameaças de não atenderem os pacientes da Previdência Social, os donos de hospitais soltaram notas desaforadas na imprensa acusando o Estado de querer expropriar a iniciativa privada. Um comunicado da Associação Brasileira de Hospitais chegou a dizer que o contrato-padrão "tem tudo de um Ato Institucional e nada possui de um contrato".

Na verdade, o que a iniciativa privada quer é continuar com o inadmissível privilégio de abocanhar lucros fabulosos às custas da doença do povo e das fraudes contra a Previdência. A exploração dos serviços de saúde se tornou um ótimo negócio, garantido pelo Estado e com clientes de sobra. A partir de 1975 o Fundo de

Assistência Social (FAS) passou a financiar os hospitais privados a juros baixíssimos e os proprietários só começariam a pagar depois que o estabelecimento estivesse pronto.

Com este favorecimento descabido à iniciativa privada, se chegou ao absurdo de 80% dos serviços prestados pelo Inamps serem feitos por empresas privadas conveniadas, enquanto nos hospitais públicos há leitos ociosos. Em 1985 o Inamps possuía apenas 41 hospitais próprios e mantinha convênios com 3.565 hospitais da rede privada. No ano passado mais de 40% do seu orçamento (Cz\$ 19 bilhões) foi destinado ao pagamento de serviços de terceiros. Além do mais os hospitais obtiveram reajustes em suas tabelas de preços em níveis bem superiores ao da inflação. Em 1986 tiveram um aumento real de 6% e mais 20% após a decretação do Plano Cruzado.

SERVIÇO CAÓTICO

O pior de tudo é que, no final das contas, o serviço oferecido aos 105 milhões de usuários da Previdência é de péssima qualidade; em certos casos chega a ser desumano. O médico Carlos Gentile de Melo, autor de vários livros sobre medicina social, define o nosso sistema de prestação de serviços de saúde como "caótico, elitista, corruptor, irracional e incontrolável".

A Nova República recebeu dos militares uma Previdência Social corroída pela corrupção e fraudes, acumulando um déficit gigantesco. A partir da gestão do ministro Waldir Pires houve um certo esforço de saneamento, fazendo com que a Previdência deixasse de apresentar um balanço financeiro no vermelho. Mas neste dois anos não se tocou na questão fundamental que é o atendimento médico baseado na iniciativa privada. O movimento sindical e popular tem pressionado contra esta aberração. A 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em março do ano passado em Brasília, teve como principal resolução aprovada a de que deve haver uma estatização gradativa de todos os serviços de saúde.



Manifestação por melhor atendimento médico na capital paulista

— Minha senhora, eu trouxe aqui uma coisa que vai acabar com os pob... Digo, com a pobreza!



Ilustração de Alcy

Tribuna Operária

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318. Telefone: 36-7531 (DDD 011). Telex: 0132133 TI OBR. Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira. Conselho de Direção: Rogério Luso, Bernardo Jofily, Otávia Rangel.

ACRE - Rio Branco: Edifício Felício Abrahão 2º andar sala 32 - CEP 69000. ALAGOAS - Arapiraca: Praça Luis Pereira Lima, 237, sobreloja, CEP 57000. Maceió: Rua Cincinato Pinto, 183 - Centro - CEP 57000. AMAZONAS - Manaus: Rua Simom Bolivar, 231, (ant. Praça da Saudade) - Caixa Postal 1439 - Rua João Pessoa, 53, São Lázaro. Telefone: 237-6644 - CEP 69000. JAHIA - Camacari: Rua José Nunes de Matos, 12 - CEP 42800. Feira de Santana: Av. Senhor dos Passos, nº 1399 - 2º andar - sala 1415 - CEP 44100. Itabuna: Av. do Cinquentenário-928, 1º andar sala 1 - Centro - CEP 45600. Itapetininga: Av. Santos Dumont, 44, 1º andar - Centro. Juazeiro: Rua Américo Alves, 6-A - CEP 44060. Paraíba: Rua Marechal Deodoro, 30 - Centro - CEP 47500. Salvador: Rua Conselheiro Junqueira Ayres, 41 - Barris - CEP 40000. Simões Filho: Praça 7 de Setembro (prédio da antiga Cimesf) - CEP 43700. DISTRITO FEDERAL - Brasília: Edifício Venâncio IV, sala 312 - CEP 70302. CEARÁ - Fortaleza: Rua Barão do Rio Branco, 1809 - Centro - CEP 60000. Iguaçu: Rua Floriano Peixoto, 408, 2º andar - CEP 63500. Sobral: Av. Dom José, 1236, sala 4 - CEP 62100.

ESPÍRITO SANTO - Cachoeiro do Itapemirim: Praça Gerônimo Monteiro, 89, sala 2 - Centro - CEP 29300. Vitória: Rua Duque de Caxias, 112, Edifício Aguirre, sala 15 - CEP 29000. GOIÁS - Goiânia: Rua 3, Nº 380, casa 6 - Centro - CEP 74000. Anápolis: Rua 14 de Julho, 821 - Centro - CEP 71100. MARANHÃO - São Luís: Rua do Egito, 76 - Centro - CEP 65000. MATO GROSSO - Cuiabá: Rua Comandante Costa, 548 - Fone: 321-5095 - CEP 78000. MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande: Rua Antônio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 - CEP 79100. MINAS GERAIS - Belo Horizonte: Rua Padre Belchior, 285 - Centro - Fone: 224-7605 - CEP 30000. PARÁ - Belém: Rua Manoel Barata, 993 - CEP 66000. PARAÍBA - João Pessoa: Praça 1817, nº 116, 2º andar - Centro - CEP 58000. CAMPINA GRANDE: Praça da Bandeira, 117, 1º andar - Centro - CEP 58100. PARANÁ - Curitiba: Rua Comendador Fontana, 88, Fone: 253-7961, CEP 80000. LONDRINA: Rua Sergipe, 984, sala 206, 2º andar - CEP 86100. PIAUÍ - Teresina: Rua Desembargador Freitas, 1.459 - Fone: 222-2044 - CEP 64.000. PERNAMBUCO - Cabo: Rua Vigário Batista, 236, CEP 54500. Garanhuns: Rua Dantas Barreto, 5, sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: Rua do Sossego, 221, Boa Vista - CEP 50000. RIO GRANDE DO NORTE - Natal: Av. Deodoro, 776 - Cidade Alta - R.N. CEP 59000. RIO GRANDE DO SUL - Bento Gonçalves: Rua Dr. Casagrande, 58 - CEP 95700. Canoas: Rua Tiradentes, 130 - sala 405 - CEP 92010. Caxias do Sul: Rua Bento Gonçalves, 2048 - CEP 95100. Pelotas: Rua Voluntários da Pátria, 1966 - CEP 96015. Cachoeirinha: Av. Flores da Cunha, 1235, sala 20 aberto depois das 18 horas e aos sábados das 9 às 12 horas. Santa Maria: Rua Mal. Floriano Peixoto, 1.357, sala 4 - CEP 97015. Rio Grande: Rua Gen. Vitorino, 746-A - CEP 96200. Ijuí: Rua 15 de Novembro, Edifício Nelson Luchese, s. 23, 2º andar. RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro: Rua 1º de Março, 8, 2º andar - Fone: 252-9935 - CEP 20000. Niterói: Av. Amarel Peixoto, 370, sala 808 - Centro - CEP 24000. Duque de Caxias: Rua Nunes Alves, 40, sala 101 - CEP 25000. Nova Iguaçu: Travessa Renato Pedrosa, 33, sala 319 - CEP 26000. SANTA CATARINA - Florianópolis: Praça XV de Novembro, 21, sala 705 - CEP 88000. SÃO PAULO - Americana: Av. Dr. Antônio Lobo, 281, sala 6 - CEP 13470. Campinas: Rua Senador Saravia, 448, fone: 2-6345 - CEP 13100. Marília: Rua Dom Pedro, 180 - CEP 17500. Osasco: Rua Ten. Avelar Pires de Azevedo, 26, 2º andar, sala 12 - CEP 06000. São Carlos: Av. São Carlos, 219, Caixa Postal 533 - CEP 13560. Taubaté: Rua Anísio de Monteiro, 41 - CEP 12100. São José dos Campos: Rua Vilaça, 195, 1º andar, sala 19 - CEP 12200. Guarulhos: Rua Padre Celestino, 42, sala 8, 2º andar - CEP 12200. SERGIPE - Aracaju: Av. Rio Branco, Edifício Osório Teixeira, sala 1220 - CEP 49000. A TRIBUNA OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composição: Past-Up e Fotolito. Ilustr. Fotolito Ltda. Fone: 35-9738. Imprensa Cia Jorpes. Fone: 815-4999 - São Paulo - S.P.

Faça cinco assinaturas da Tribuna Operária e ganhe uma de brinde! Colabore para o fortalecimento da imprensa operária!



Faça cinco assinaturas da Tribuna Operária e ganhe uma de brinde! Colabore para o fortalecimento da imprensa operária!

Tribuna Operária

Semanário Nacional.

Faça já sua assinatura e ajude a imprensa operária que luta pela liberdade e pelo socialismo.

- Anual (52 edições) Cz\$ 350,00
- Anual popular (52 edições) Cz\$ 175,00
- Semestral (26 edições) Cz\$ 175,00
- Semestral popular (26 edições) Cz\$ 90,00
- Anual para o exterior (em dólares) US\$ 70

Nome:

Endereço:

Bairro:

Cidade: CEP:

Estado:

Profissão:

Data:

Recorte este cupom e envie junto com cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Lt. Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - S. Paulo - CEP: 01318

Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Uma greve com energia

Deflagrada na madrugada do último dia 20, a greve dos 21.800 funcionários da Eletropaulo evidenciou a força desta categoria que é considerada essencial pela legislação em vigor. Mesmo garantindo o fornecimento de luz, a paralisação dos eletricitários paulistas nos setores de manutenção, reparo e outros ocasionou várias quedas de energia elétrica na capital e nas 88 cidades do interior abastecidas pela empresa estatal.

Até o fechamento desta edição, a greve dos eletricitários prosseguia e ampliava-se. Por sua vez, as negociações com a direção da Eletropaulo encontravam-se estagnadas. A categoria, que tem data-base em janeiro, reivindica 85% de reajuste global nos salários, de acordo com estudo feito pelo Dieese que inclui perdas salariais, produtividade, IPC integral e aumento real. Além disso, os trabalhadores apresentaram uma pauta de reivindicações com outras 40 exigências.

Desde as primeiras rodadas de negociações, a empresa fincou pé na proposta de 25,25% de reajuste. Argumentou que ela tinha como parâmetro a política de controle dos salários do governo federal. Com a deflagração da greve, a Eletropaulo tentou endurecer e chegou a desmarcar uma reunião de negociações previamente fixada. Mas com o sucesso da paralisação, a Eletropaulo chamou o Sindicato dos Eletricitários para retomar o diálogo. Na tarde do dia 21 ela já anunciava o estudo de "uma proposta razoável" de aumento para os eletricitários.

Fotos: Ailton S. Leite



A assembléia do dia 21 aprovou a continuidade da greve, que paralisou totalmente o setor administrativo da Eletropaulo e, segundo Benjamin Pereira, pode deixar São Paulo sem luz

Greve evidencia a coesão e disposição de luta da categoria

A coesão e combatição dos eletricitários paulistas surpreendeu logo no primeiro dia de greve. A direção da Eletropaulo, que disse que "pagava para ver a paralisação", teve que reconhecer que "mais de 60% da categoria parou". Segundo avaliação da diretoria do Sindicato dos Eletricitários, cerca de 90% dos eletricitários aderiram à greve no dia 20. Apenas uns 2 mil funcionários, por decisão da própria assembléia sindical, continuaram a trabalhar para garantir o fornecimento de energia nos setores essenciais - cc hospitais.

A paralisação também superou as expectativas pelo seu alto nível de organização, que foi se forjando espontaneamente no decorrer da mobilização. Os eletricitários deliberaram não cortar o fornecimento de energia, evitando um blecaute que afetaria todo o Estado. Também decidiram manter plantões de emergência, coordenados pelos comandos de greve setoriais. Já o restante da categoria parou. Nas áreas de escritório, operação, manutenção, reparos e outras a adesão à greve foi total - e sem a necessidade de piquetes.

Como os equipamentos da Eletropaulo são obsoletos, oriundos ainda da fase de exploração da multinacional Light, a greve nos setores de manutenção e reparos acabou gerando quedas de energia em vários pontos do Estado. Na manhã de terça-feira, já haviam sido afetados alguns bairros paulistanos, como a Moóca e São Miguel Paulista, e municípios do interior como Poá. Também faltou luz no Jaguaré, o que obrigou o Ceagesp (centro de abastecimento do governo estadual) a suspender suas atividades durante a manhã. No dia 21, outras regiões foram afetadas, como Santo Amaro. Algumas indústrias metalúrgicas tiveram inclusive que dispensar os operários no turno da tarde devido à falta de energia.



Segundo previsão de Benjamin Pereira de Barros, diretor do Sindicato dos Eletricitários, "se a greve se estender por mais alguns dias, São Paulo pode ficar totalmente sem luz". Ele explica que um simples chuveiro poderia causar a ausência de energia, já que os grevistas não fariam os consertos em postes caídos ou fusíveis queimados.

Reforço da CESP atrasa devido ao boicote da CUT

Os grevistas da Eletropaulo também estão aguardando um outro reforço ao seu movimento, este bem mais concreto. É que os 6 mil funcionários da CESP - empresa estatal que gera e transmite a energia - decidiram entrar em greve na madrugada de quinta-feira, dia 22. Além disso, os 8 mil funcionários da CPFL (Companhia Paulista de Força e Luz) e os 8 mil da CESP da região de Campinas passaram a engrossar o movimento na manhã do dia 21.

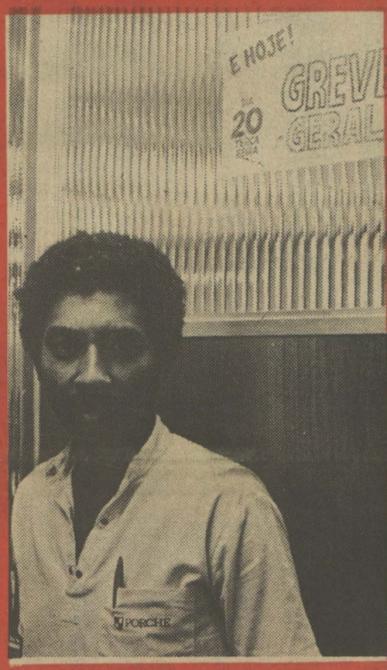
A adesão dos funcionários da CESP era esperada para o dia 20, já que a campanha salarial vinha se desenvolvendo de forma unitária - inclusive

com uma pauta de reivindicações conjunta. Ocorre que na empresa, a Associação de Funcionários, que é dirigida por um setor da CUT, jogou contra a paralisação. Alegando que a base não estava preparada para a greve, boicotou duas assembléias convocadas pelo Sindicato dos Eletricitários e defendeu a divisão da categoria na deflagração do movimento.

De acordo com José Bitelli, diretor do sindicato e funcionário da CESP, "essa postura de alguns setores petistas enfraqueceu a luta dos eletricitários. Se a greve fosse feita de forma unitária, o governo do Estado já teria recuado e orientado as duas empresas a conceder melhores aumentos salariais". Para eles, "mais uma vez predominou numa parcela do PT a visão exclusiva. Eles preferiram ficar contra a greve e contra a categoria unicamente para enfraquecer a diretoria do sindicato".

Apesar disso, Bitelli acredita na eclosão da greve na empresa. Na assembléia convocada para discutir a campanha salarial, a proposta de reajuste da empresa foi rejeitada e vaiada. Posteriormente, no dia 20, mais de 500 funcionários da CESP fizeram uma manifestação de solidariedade aos grevistas da Eletropaulo. "No próprio meio petista já há rachas. Eles não conseguirão conter a paralisação na empresa", conclui.

(Altamiro Borges)



Injustiça num setor essencial

Pelo decreto-lei 16.32, instituído no período negro da ditadura militar, a categoria dos eletricitários é considerada essencial, sendo portanto terminantemente proibida de realizar qualquer greve. Ocorre que até hoje o governo nunca levou em conta essa essencialidade no que se refere aos salários, pagos e as condições de trabalho.

Segundo levantamento do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, mais da metade dos funcionários da Eletropaulo ganha salário inferior a Cz\$ 5 mil. Uma expressiva parcela de engenheiros da companhia, que têm até oito anos de casa, recebe apenas Cz\$ 8.400.

Além disso, os trabalhadores da Eletropaulo e de outras empresas do setor operam em áreas de alto risco, que nem sempre contam com a estrutura necessária para preservar a vida. Em várias áreas, os eletricitários não possuem equipamentos de proteção e segurança, como é o caso do pessoal da construção da rede de distribuição e das turmas de manutenção em equipamentos ligados. Devido a essa precariedade, só no ano de 1985 ocorreram 12 mortes por choque elé-

trico. É também comum os funcionários sofrerem fortes queimaduras e perderem órgãos do corpo.

SETOR ESTRATÉGICO

Realmente a categoria dos eletricitários, apesar de não ser numericamente expressiva se comparada com a dos metalúrgicos ou químicos, tem um grande poder de fogo. Ela tem condições, por exemplo, de paralisar totalmente a economia do principal centro industrial do país. Mesmo mantendo o fornecimento de energia, só o fato dos grevistas não fazerem os reparos na obsoleta linha de distribuição de luz em São Paulo já abalou várias regiões do Estado. Caso a greve perdure por muito tempo, podem parar as indústrias, o Metrô, o fornecimento de água etc.

Essa força aumenta com a adesão dos 6 mil funcionários da CESP, que são responsáveis pela geração e transmissão de energia. Conforme explica José Bitelli, diretor do Sindicato dos Eletricitários, a paralisação de apenas uma usina da empresa, como a de Furnas, poderia prejudicar o fornecimento de luz para toda a região Sudeste do país.

Parada total nas minas de Sta. Catarina

A decisão foi tomada numa assembléia unificada de cinco sindicatos da região: a partir de zero hora do dia 12 de janeiro, as minas do Sul de Santa Catarina param de produzir. Os operários querem salários melhores e condições dignas de trabalho. Os patrões, contudo, estão pretendendo usar o movimento para aumentar o preço do carvão.

A totalidade dos trabalhadores do subsolo e de superfície das minas participa da greve em Criciúma, Rio Maina, Siderópolis, Urussanga e Lauro Müller. A deliberação da greve se deu em assembléia unificada,

que elaborou a pauta de reivindicações, relacionando 59 itens, onde se destacam o reajuste de 60% nos salários - elevando o piso para cerca de Cz\$ 3.500; pagamento de insalubridade de acordo com o grau apurado; estabilidade para os portadores de pneumoconiose; e jornada de 30 horas semanais para os trabalhadores de subsolo e 40 para os de superfície.

"As empresas particulares não aceitaram atender a nenhuma de nossas reivindicações e a Carbonífera Próspera recusou a maior parte de nossa pauta", informa o Sindicato dos Mineiros de Criciúma.

O delegado sindical e funcionário da

Próspera, Lauro Silveira, justifica a greve: "Nosso movimento se iniciou pela defasagem dos salários. Ganhamos somente Cz\$ 1.800 por mês. Não dá para fazer frente às despesas, particularmente para as famílias que têm três ou quatro filhos. O salário mal serve para 15 dias. O resto do mês fica feio".

Lauro explica que essa situação, juntamente com a unidade da categoria, é que está garantindo o sucesso do movimento: "A paralisação atingiu 100% dos mineiros, e não está sendo preciso sequer montar piquetes. Todos apoiaram a decisão da assembléia geral unificada dos sindicatos. Não vamos abrir

mão de nossas reivindicações, pois são todas absolutamente necessárias. Estamos nos preparando para uma greve longa, se for preciso. O movimento está se desenvolvendo pacífica e ordeiramente".

MANOBRAS PATRONAL

Os patrões, contudo, querem se aproveitar do movimento grevista para pressionar o governo no sentido de majorar os preços do carvão em cerca de 50%. Conforme foi reivindicado ao Conselho Interministerial de Preços, O empresário Daci Ercia, da entidade patronal, diz que vai esperar até o dia 25 pela resposta do CIP. E tentando envolver os trabalhadores no seu jogo

de pressões, afirmou que os explorados e os exploradores estão "todos no mesmo barco. Está na hora de sentarmos à mesa de negociações, com greve ou sem ela, para que decidamos que rumo tomar ante os problemas das duas classes". Haja cinismo!

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração de Carvão de Criciúma, José Paulo Serafim, enfatizou que "os mineiros estão organizados e sabendo que o retorno ao trabalho só vai acontecer se os mineiros atenderem nossas propostas, que começam com um piso mínimo de Cz\$ 3.500 em termos salariais".

(da sucursal)